



# **ANAIS DO 15. CONGRESSO DE HISTÓRIA E DE ESTUDOS REGIONAIS DO GRANDE ABC Comunicações**

**06 de outubro a 12 de novembro de 2021**

**Consórcio Intermunicipal Grande ABC  
Grupo Temático História e Memória  
2021**

## **Informações Técnicas**

### **15. CONGRESSO DE HISTÓRIA E DE ESTUDOS REGIONAIS DO GRANDE ABC**

Comissão Organizadora – GT História e Memória

Adalberto José Guazzelli, Alessandra Cristine Baldini, Cecília Auxiliadora Bedeschi de Camargo, Claurício Gonçalves Bento, Cristina Toledo de Carvalho, Eduardo Vicente Lopes, Jorge Joaquim Magyar, Juliana Cavasini da Silva, Marcílio de Castro Duarte, Marco Moretto Neto, Maria de Lourdes Ferreira, Marta do Nascimento Lima, Mayra Gusman de Souza, Osmir Pereira da Rocha, Paula Ferreira Fiorotti, Severino Correia Dias, William Puntschart, Willian Santos Faria.

#### Ficha catalográfica

C749a Congresso de História e de Estudos Regionais do Grande ABC.  
Anais do 15. Congresso de História e de Estudos Regionais  
do Grande ABC : comunicações. – Santo André : CIGABC,  
2021.

XX p. ; 30 cm.

1. História – Congressos -- ABCD Paulista. 2. Memória --  
ABCD Paulista. I. Título. II. Consórcio Intermunicipal Grande  
ABC. Grupo Temático História e Memória.

CDU 94(815.6)ABC

Sessões de Comunicação do Congresso de História e de Estudos Regionais do Grande ABC  
Por ordem cronológica de apresentações

**Sessão 1 – 06/10/2021 – 14h ..... 08**

CLAUDIA LIMA MONTEIRO - O funcionalismo público de Diadema: um olhar para a sua história.

VANDERLEI BAEZA LUCENTINI - Ciclo dos fósforos riscados: psicogeografia pós-industrial.

VILMA LEMOS - Mulheres búlgaras bessarabianas e descendentes no ABC e São Paulo: memórias de três gerações.

MAURÍLIO BARRETO DE ARAÚJO- As grandes greves do ABC e o processo de abertura política do país (1978-1982).

Mediação: JORGE JOAQUIM MAGYAR

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=pkQIYwEn3dM&t=2s>

**Sessão 2 – 08/10/2021 – 10h ..... 13**

BRUNA SERAFIM MOURA - Salas de cinema de São Caetano Do Sul: um evento social entre as décadas de 1920 a 1990.

CLAUDIA PANIZZOLO e LUCIANE GALVÃO CANDIDO - O que as fontes nos contam sobre a história da rede municipal de educação de Santo André: das primeiras escolas à implantação do CEAR (1950-1980).

PATRÍCIA GIFFORD - Escola Livre de Teatro de Santo André: projeto político pedagógico.

CAIO VINICIUS DE CASTRO GERBELLI - Os petroleiros de Mauá: organização e luta pela encampação (1957-1964).

Mediação: MAYRA GUSMAN DE SOUZA

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=eaMptbDK9U8>

**Sessão 3 – 13/10/2021 – 14h ..... 18**

EDILENE VIEIRA FAZZA - Pagamento por serviços ambientais, perspectivas andreenses: um debate com os instrumentos de gestão pública.

ADRIANA SANTIAGO SILVA e CLAUDIA PANIZZOLO - História da educação de São Bernardo do Campo: o que documentos do século XIX nos dizem sobre a educação municipal?

ELIANE CRISTINA DE CARVALHO MENDOZA MEZA - Política para mulheres em Santo André: uma história delas.

Mediação: JULIANA CAVASINI DA SILVA

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=H0H06J4oDJo&t=877s>

#### **Sessão 4 – não houve**

#### **Sessão 5 – 20/10/2021 – 14h ..... 22**

CRISTINA DE LOURDES PELLEGRINO FERES e PRISCILA FERREIRA PERAZZO - Pracinhas do ABC: a trajetória de combatentes na II Guerra Mundial.

HILDA BREDA ASSUMPÇÃO - Grupo Cênico Regina Pacis: os 59 anos de um grupo de teatro.

CECÍLIA AUXILIADORA BEDESCHI DE CAMARGO - A contribuição do CONDEPHAAT-Ma na preservação da memória industrial da cidade.

LIRÁUCIO GIRARDI JÚNIOR - A wikificação da cidade de São Caetano do Sul.

Mediação: WILLIAM PUNTSCHART

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=9C9tLdv8-LE&t=830s>

#### **Sessão 6 – 22/10/2021 – 10h ..... 27**

KLEBER JOSÉ DA SILVEIRA - A participação social no programa de urbanização de favelas em Santo André -- SP entre 1989 e 2000.

ANDRÉ LUIZ LIRIO DA CUNHA - O ensino de história na educação de jovens e adultos: a construção do currículo e o fazer docente no município de Santo André.

Mediação: ELAINE MORAES DE ALBUQUERQUE

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=XjkmM8eZJpo&t=3s>

#### **Sessão 7 – 27/10/2021 – 10h ..... 30**

IRANILDA OLIVEIRA DE MEDEIROS - Mauá, parques urbanos e história: conexão e sentido na cidade.

MONICA IAFRATE - Dos Salões de Arte Contemporânea à Pinacoteca Municipal de São Caetano do Sul: os caminhos e descaminhos de uma coleção de arte (1967 a 2002).

Mediação: SUZANA KLEEB

Link: [https://www.youtube.com/watch?v=98\\_bJSdfGWQ&t=1s](https://www.youtube.com/watch?v=98_bJSdfGWQ&t=1s)

**Sessão 8 – 03/11/2021 – 14h ..... 33**

LEONARDO JOSÉ STEIL - 10 anos de Escola Preparatória da UFABC.

GISELE YAMAUCHI e ANDRÉA DE OLIVEIRA TOURINHO - As áreas industriais ociosas no Grande ABC nos últimos trinta anos: o velho-novo (des)conhecido problema.

ADÉLIA MARIA NICOLETE ABREU - A importância do teatro na criação e fixação de um imaginário do ABC Paulista – o caso do Grupo Teatral Pontos de Fiandeiras.

JOÃO PAULO DA SILVA - Coletivo Sal da Terra: relatos sobre as ações na preservação, busca de valor, sentidos e significados para a "Fábrica de Sal".

MARCIO CASTRO - Teatro Forja: a forma política da peça operária que evidência o expediente dramático em crise.

Mediação: SILVIA HELENA PACCIOLLA PASSARELLI

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Ay2BNMiH4hs&t=2s>

**Sessão 9 - 05/11/2021 – 14h ..... 39**

JORGE SANTIAGO CARVALHO SEQUEIRA - O poder da opinião pública na preservação do patrimônio cultural: a manutenção da praça XXII de Novembro e a resistência da Fábrica de Sal.

ELIANE CRISTINA DA SILVA NASCIMENTO, MARILDA APARECIDA DE MENEZES, SIDNEY JARD DA SILVA e JOSÉ BLANES SALA - AMA-A ABC (Associação dos Anistiados e Anistiandos do ABC): uma história de resistência à ditadura brasileira e de luta por reparação.

DAMIANA ROSA DE OLIVEIRA - O ofício dos Línguas em Santo André da Borda do Campo: da interpretação à tradução.

CAMILA NEVES LANGE - Horticultura urbana em Santo André: relatos de um estudo de caso.

MARCOS SCARPIONI - Catação: um processo histórico-pedagógico na gestão ambiental urbana.

Mediação: MAYRA GUSMAN DE SOUZA

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=gGkrSjbVxMQ&t=5s>

**Sessão 10 - 12/11/2021 - 10h ..... 45**

LÍGIA HELENA DE ALMEIDA - Escola Itinerante de Teatro e outros projetos artístico-pedagógicos da Cia. Estrela D'Alva de Teatro.

ELENA MARIA REZENDE - História da Tamarutaca: pelo MDDF.



VILMA CAMPOS DOS SANTOS LEITE - Estações e trilhos da Escola Livre de Teatro (ELT) de Santo André (SP) 1990-2000.

SIMONE CARLETO - Processos de formação de intérpretes em consigna livre: práxis e metodologias experimentadas pela Escola Livre de Teatro de Santo André (ELT).

DOUGLAS ALVES DOS SANTOS - Organização popular: contribuições na história do município de Diadema – SP.

EDILENE VIEIRA FAZZA e FABIO PICARELLI - Programa Escola Amiga do Meio Ambiente, plantio de árvores nativas da Mata Atlântica, sensibilização ambiental e cuidado com a nossa cidade.

Mediação: JORGE JOAQUIM MAGYAR

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=DQ39hLo0iQY&t=1s>

**Trabalhos inscritos e não apresentados ..... 52**

## **15º CONGRESSO DE HISTÓRIA E DE ESTUDOS REGIONAIS DO GRANDE ABC** **Sessões de Comunicação**

Em 2019, assim como nas edições anteriores, o Grupo Temático História e Memória do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, promoveu várias reuniões abertas, convidando os diversos segmentos da sociedade civil, para a organização do 15º Congresso de História e de Estudos Regionais do Grande ABC.

Dentre as atividades previstas, visando dar maior amplitude e visibilidade para as pesquisas, experiências e relatos de trabalhos com foco na Região do Grande ABC, foram programadas sessões de comunicação, com inscrição prévia para apresentação, durante a realização do congresso, em formato oral ou em pôsteres. Para tanto, ainda no final de 2019 foi lançado edital, que se estendeu até o início de 2020, recebendo 67 inscrições válidas, com os mais variados temas, de pesquisadores de perfil acadêmico e não acadêmico. Destes, 49 foram selecionados por uma Comissão Científica, composta por profissionais da área.

No entanto, diante da situação atípica provocada pela pandemia de Covid-19 e o impedimento para a realização de encontros presenciais, o 15º Congresso de História e de Estudos Regionais do Grande ABC foi sucessivamente adiado, ficando sua realização presencial prevista para 2022. Porém, como é da própria natureza do Congresso de História do ABC, que não se resume aos dias de sua efetiva realização, aconteceram as reuniões e encontros preparatórios e outras atividades tais como: exposição virtual, concurso fotográfico, Seminário Online 30 Anos do Congresso de História e de Estudos Regionais do Grande ABC.

Nessa perspectiva se insere a realização das sessões de comunicação. Os pesquisadores foram consultados e, dos selecionados, 41 expositores se prontificaram a apresentar seus trabalhos em sessões online, através do *Google Meet*. Entretanto, foram expostos efetivamente 35 trabalhos. As sessões aconteceram em 09 dias, de 06 de outubro a 05 de novembro de 2021. Foram encontros muito ricos de conteúdos, questionamentos e sugestões, inclusive de novas pesquisas e estudos, onde se pode ver o quão grande e diverso é o nosso Grande ABC, propiciando a participação de pessoas dos mais variados lugares, que não o fariam em uma atividade presencial.

As apresentações foram gravadas e estão disponíveis no Canal do Consórcio Intermunicipal Grande ABC no Youtube.

Aqui se apresenta uma breve síntese de cada um dos trabalhos selecionados, inclusive daqueles que não conseguiram participar das sessões de comunicação, os quais ficam registrados para os anais do 15º Congresso de História e de Estudos Regionais do Grande ABC.

O Grupo Temático História e Memória e o Consórcio Intermunicipal Grande ABC agradecem a todos que se inscreveram e muito generosamente compartilharam suas pesquisas e seus conhecimentos, contribuindo sobremaneira para a construção da história regional.



# **SESSÃO 1 – 06/10/2021 – 14H**

## **O FUNCIONALISMO PÚBLICO DE DIADEMA: UM OLHAR PARA A SUA HISTÓRIA**

Claudia Lima MONTEIRO

Este trabalho reproduz parte da pesquisa de mestrado desta pesquisadora e objetiva resgatar o histórico do surgimento do funcionalismo público do município de Diadema. Emancipada de São Bernardo do Campo em 1958, Diadema era lembrada pelos altos índices de violência e de carências sociais e pelo potencial de participação e mobilização popular. Nesse cenário, encontram-se os funcionários públicos, executores de políticas sociais e cidadãos deste território. O reconhecimento dessa história é importante para a compreensão da configuração da cidade no tempo presente. Desenvolvimento: A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da busca de obras e publicações sobre a história do funcionalismo público de Diadema, com destaque para o estudo “Topografia Social da Cidade” e de dissertações de pesquisadores que também são trabalhadores deste território. A pesquisa documental foi constituída de legislações consultadas nos sites da Prefeitura e da Câmara Municipal da cidade. Também foi contemplada visita à Casa da Memória da cidade, para obtenção de fotos e notícias em jornais da época. A primeira eleição da cidade, ocorrida em 4 de outubro de 1959, elegeu nove vereadores e o prefeito Evandro Caiaffa Esquível. A primeira Lei Ordinária Municipal destinada a contratação de funcionalismo público municipal é de nº 05/60, de 15/03/1960, com destinação para as funções de secretário-contador, engenheiro, lançador, tesoureiro, escriturários, auxiliares e porteiro-contínuo. A priorização de tais cargos revela a necessidade inicial de organização administrativa do serviço público existente à época. Reconhecendo o necessário aumento da estrutura de serviços municipais, a Lei nº 186/64, de 16/04/1964 cria oito diretorias municipais: Diretoria do Gabinete do Prefeito, Diretoria Administrativa, Diretoria Jurídica, Diretoria da Receita, Diretoria da Despesa, Diretoria de Educação, Cultura e Assistência Social, Diretoria de Saúde e Higiene e Diretoria de Obras e Serviços Municipais. O funcionalismo municipal era admitido até então pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), situação alterada a partir da lei municipal 981/88, que institui o regime jurídico estatutário e adota como meta contratações por concurso público, em consonância com as discussões da Reforma Sanitária da Saúde e da Constituição Federal de 1988. Trata-se de importante conquista para o funcionalismo municipal, considerando que tal forma de contratação estabelece a estabilidade no emprego, após a avaliação positiva no estágio probatório e que as gestões municipais podem trocar de comando a cada quatro anos. A expansão do funcionalismo público de Diadema foi resultante do crescimento da cidade e da conseqüente necessidade de ampliação de serviços a serem oferecidos à população. A contratação por concursos é fundamental para proteção a estes trabalhadores, responsáveis pela efetivação de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Funcionalismo público. Diadema. História.

## CICLO DOS FÓSFOROS RISCADOS: PSICOGEOGRAFIA PÓS-INDUSTRIAL

Vanderlei Baeza LUCENTINI

Este artigo faz o relato histórico-estético-conceitual do itinerário arqueológico decorrente da minha obra *Ciclo dos Fósforos Riscados* (2018/2019) que transitou por algumas zonas pós-industriais da cidade de São Paulo e pelas cidades de São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo no ABC paulista. A bússola que nos guiou nas entranhas dessas paisagens ruinosas dignas de filmes futuristas com forte teor apocalíptico foi baseada no tripé estrutural do pensamento urbano situacionista: a deriva, psicogeografia e o ato de construir situações a partir de um cenário em processo de degradação e esquecimento. Para isso, utilizamos os subsídios conceituais do crítico de arte Nicolas Bourriaud, do filósofo Jean Baudrillard e das derivas urbanas dos dadaístas, surrealistas e situacionistas. O conceito de errância como percurso ritual e narrativo se configurou na religião e em formas literárias de percurso sagrado, peregrinação, procissão. Foi no século XX que o conceito de trajeto assume a condição de um ato estético ao se desvincular da religião e da literatura. Foi só no século passado que o percurso, ao se desvincular da religião e da literatura, assumiu o estatuto de puro ato estético como forma-trajeto de Nicolas Bourriaud (2011) e na obra dos artistas situacionistas que desenvolveram a ideia de errância voluntária pelas ruas ao propor a noção de deriva urbana. A presença das ruínas não ocorre somente na arte contemporânea, elas estiveram presentes em outras épocas na obra de outros artistas. Segundo Andreas Huyssen (2014:89), a relação do tempo e espaço em que a “no corpo da ruína, o passado está presente em seus resíduos, mas ao mesmo tempo não está mais acessível, o que faz a ruína um desencadeante especialmente poderoso para a nostalgia”. Num momento em que a tradição do novo entrou em colapso e se tornou ruína, agora sujeita ao apagamento e ao esquecimento. Jean Baudrillard (1996:117) traça um quadro desalentador sobre o processo de reciclagem das ruínas e aponta os efeitos colaterais, no contexto social e individual decorrentes do processo de massificação, consumo desenfreado e rápidas transformações arquitetônicas nas sociedades contemporâneas. Por outro lado, Jacques Derrida (1993) aponta que “a ruína é o autorretrato, esse rosto visto na face como a memória de si mesmo, o que resta ou retorna como um espectro a partir do momento em que se olha pela primeira vez um para o outro e, o que se vê é uma paisagem oculta”. A provocação emulada acima e, também, os registros fotográficos dos alemães Bernd e Hilla Becher sobre o gradativo desaparecimento das estruturas industriais da paisagem urbana contemporânea foi o motivo inspirador desta etapa da pesquisa. A partir desse ponto, a trajetória geográfica pessoal que determinou os possíveis caminhos que escolhi: Figueira das Lágrimas (SP), Fábrica da Vemag (SP), Chácara Columbia (SBC), Indústrias Matarazzo (SCS), Best Shopping (SBC) e Museu do Trabalho e do Trabalhador (SBC).

**Palavras-chave:** Deriva. Ruínas. Audiovisual. Interatividade. Psicogeografia.

## MULHERES BÚLGARAS BESSARABIANAS E DESCENDENTES NO ABC E SÃO PAULO: MEMÓRIAS DE TRÊS GERAÇÕES

Vilma LEMOS  
Priscila F. PERAZZO  
Letícia de Farias JANCAUSKAS

A Bulgária, país dos Balcãs, limita-se ao norte pela Romênia, a leste pelo Mar Negro, ao sul pela Turquia e Grécia e a oeste pela Macedônia e pela Sérvia. Grandes impérios tinham a ambição de conquistá-la, tornando-a palco de inúmeros domínios. Cerca de 400.000 indivíduos saíram da Bulgária em êxodo entre 1806 e 1812, buscando refúgio em territórios russos, no Principado de Walákia, Moldávia e Bessarábia, em consequência da guerra russo-turca. Acredita-se que havia um interesse do Império Russo de povoar a região da Bessarábia, visando impedir o acesso dos turcos ao Mar Negro. A Rússia colaborou para a criação de novas aldeias búlgaras em seu território ao oferecer suporte financeiro e doar terras para o plantio familiar. Cada família recebia 65 hectares. Assim, a Bessarábia foi povoada por refugiados das mais variadas etnias e nacionalidades, dentre moldavos, judeus, ucranianos, russos, búlgaros, gagaúzos, alemães, ciganos, romenos, cossacos, poloneses, armênios, gregos e outras nacionalidades. Como refugiados na Bessarábia, os búlgaros e gagaúzos fundaram aproximadamente 64 aldeias, as mais conhecidas são Conrat, Bolgrad e Tabac. A Bessarábia é uma região que não mais existe nos mapas atuais. Corresponde à metade oriental da Moldávia e à porção sul do território da Ucrânia. As inúmeras guerras e, por fim, as tentativas de desnacionalização por parte dos romenos da cultura dos búlgaros bessarabianos, que resistiam à romenização, levará essa etnia a buscar novas terras. No contexto da imigração brasileira, que buscava mão de obra para as fazendas de café, em 1926, cerca de 10 mil búlgaros bessarabianos chega ao Brasil. Trata-se de um grupo minoritário, se considerados outros grupos migratórios que aqui aportaram. Das fazendas de café, muitos acabaram vindo para as cidades do ABC e São Paulo. Esta comunicação tem por objetivo apresentar as memórias de três gerações de mulheres desta etnia com a finalidade de realçar sua cultura e contribuições para enriquecimento da cultura brasileira e do desenvolvimento local da região. Foram entrevistadas 14 mulheres, sendo 3 imigrantes, 8 descendentes de 2ª geração e 3ª geração, com idades entre 52 e 93 anos à época das gravações de suas histórias de vida (2017/2018). Pelo viés da memória com base na metodologia de História Oral de Vida, abordam temas como religião, festas, comemorações, família, casamentos, culinária, as dificuldades com o idioma, com a alimentação, a adaptação à nova terra. Esses depoimentos integram o acervo HiperMemo, elaborado no Grupo de Pesquisa Memórias do ABC, vinculado ao Laboratório HiperMídias da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Resultaram num livreto “Narrar para não esquecer: histórias de vida de búlgaras da Bessarábia e descendentes”, entregue às depoentes no dia do Imigrante Búlgaro e Gagaúso Bessarabiano, promovido pela Associação Cultural do Povo Búlgaro no Brasil (Bulgari) em outubro de 2019.

**Palavras-chave:** Búlgaras da Bessarábia. Imigrantes. Memória. História de vida. Narrativas orais. Grande ABC.

## **AS GRANDES GREVES DO ABC E O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA DO PAÍS (1978-1982)**

Maurílio Barreto de ARAÚJO  
Sílvio Zanin LISBOA

Como parte de uma pesquisa de mestrado em andamento no departamento de História Social na USP, esse presente trabalho pretende abordar o legado das grandes greves dos metalúrgicos do ABC, do período de 1978 a 80. Repercutindo de maneira bastante intensa não apenas na região do ABC, as essas grandes greves trouxeram também consequências para o processo de “abertura política” no país, que já se iniciava no decorrer do governo do presidente João Figueiredo (abertura “lenta, gradual e segura”, segundo suas intenções). A abrangência do período analisado começará na greve da Scania, deflagrada em maio de 1978 e estendida para várias outras montadores e empresas da região do ABC. Passará pelas greves gerais dos anos de 1979 e 1980. E, finalmente, o processo da institucionalização desses movimentos, através da reforma eleitoral de 1979 e a retomada do pluripartidarismo no regime político, uma vez que esse movimento serviu de berço para a formação do partido dos trabalhadores (PT). O partido recém-criado lançou o então ex-presidente cassado do sindicato dos metalúrgicos do ABC, o Lula, como candidato ao governo do estado, obtendo em torno de 10% dos votos no estado. O tesoureiro do sindicato (igualmente cassado) Djalma Bom elegeu-se deputado federal no mesmo pleito, atingindo a maior votação da região do ABC para o cargo (164 mil votos). Outros dois dirigentes sindicais da região, também cassados, Expedito Soares (São Bernardo) e José Cicote (Santo André) foram eleitos deputados estaduais. E finalmente, o partido elegerá o primeiro prefeito da legenda na cidade de Diadema, o metalúrgico Gílson Menezes. O presente projeto se justifica pela importância história das grandes greves da região do ABC, ocorrida entre os anos de 78-80, e pela sua contribuição para o processo de abertura política no país. Demonstrar a relação entre o processo histórico das greves e a conquista da redemocratização. Descrever o processo de institucionalização do movimento a partir da fundação do PT (1980) e sua legalização (1982), obtendo bom desempenho na região do ABC nas eleições de 1982, com dezenas de lideranças do movimento grevista sendo eleitas na região. Além da utilização de algumas obras de referência sobre o tema (como as do sociólogo Ricardo Antunes e do sindicalista Osvaldo Martines Bargas), serão também projetados (caso haja disponibilidade) pequenos trechos de entrevistas de história oral com metalúrgicos que participaram do processo grevista (efetuadas para a pesquisa de mestrado vinculada a esse trabalho), disponíveis na plataforma do Youtube. As grandes greves do ABC (1978-80) foram o movimento sindical e social dos mais importantes do país no século XX. Esse trabalho pretende debater o processo grevista no decorrer dos acontecimentos e o seu legado, sendo os principais a contribuição para a formação do PT e o processo de redemocratização no país.

**Palavras-chave:** Sindicalismo. Greves do ABC. Redemocratização.



## **Sessão 2 – 08/10/2021 – 10h**

## **SALAS DE CINEMA DE SÃO CAETANO DO SUL: UM EVENTO SOCIAL ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 A 1990**

Bruna Serafim MOURA

Ir ao cinema, atualmente, e fazer a mesma atividade na década de 1920 são coisas completamente distintas. Desde as primeiras imagens registradas pelos cinematógrafos no século XIX até os filmes em tecnologia 3D de hoje, muitas coisas mudaram, tanto na sociedade quanto nos recursos tecnológicos. A atividade era tida como um evento social. O automóvel no início do século não era popular, televisão em casa, muito menos. Isso fazia com que a ida ao cinema se tornasse um passeio para toda a família. Para Simões (1990), em São Paulo, o cinema teve influência cultural plena por mais de trinta anos para todas as classes e idades. A mesma tendência seguiu São Caetano do Sul, fato que aconteceu na cidade do ABC Paulista entre as décadas de 1920 a 1980. Ao final do século XIX, São Paulo cresce em quantidade populacional e qualidade de vida urbana, com mudanças inquestionáveis no modo de vida urbano, e irá buscar se diferenciar pouco a pouco da cidade de antes da virada do século, na tentativa de substituí-la por uma cidade civilizada, que simbolize o progresso (SANTORO, 2005, p. 4). Por meio do cinema, os moradores sul-sãocaetanenses encontravam outra maneira de socialização, trocas e interação social. Desse modo, o objetivo deste trabalho é explorar a história das salas de cinema de São Caetano do Sul, conhecendo um pouco mais do modo de diversão da sociedade no decorrer das décadas de 1920, com o surgimento da primeira sala de cinema da cidade, o Cine Central, até o fechamento do último espaço, o Cine Vitória, no final da década de 1990. As salas de cinema de rua de São Caetano do Sul apresentavam características diferentes. O Cine Vitória, referência na cidade, apresentava os principais lançamentos de Hollywood, com tecnologia da última geração para a época, poltronas estofadas e ar-condicionado. Já os cinemas menores, considerados cinemas de bairro, exibiam os filmes que já haviam esgotado bilheteria nos grandes cinemas como o Vitória e o Max. Havia o Cine Planalto no bairro Barcelona, Cine Átila no bairro Nova Gerty, entre outros. As sessões também aconteciam em igrejas, como era o caso do Cine Aquarius, que começou como Cine São Caetano na paróquia Sagrada Família. Com a popularização do automóvel e da TV, além do aparecimento dos shoppings centers, os cinemas de rua de modo geral entraram em decadência, e em São Caetano do Sul não foi diferente. O início do fechamento em massa aconteceu na década de 1980, até a última sala de cinema a fechar na cidade: o grandioso Cine Vitória, em 1998. Muitos dos espaços se tornaram igreja. Hoje, até mesmo essas instituições religiosas estão perdendo espaço nos antigos prédios dos cinemas de rua, dando lugar a prédios residenciais ou, infelizmente, espaços abandonados.

**Palavras-chave:** Cinema. História oral. Memória. São Caetano do Sul.

## **O QUE AS FONTES NOS CONTAM SOBRE A HISTÓRIA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTO ANDRÉ: DAS PRIMEIRAS ESCOLAS À IMPLANTAÇÃO DO CEAR (1950-1980)**

Luciane Galvão CANDIDO  
Claudia PANIZZOLO

O presente trabalho propõe uma investigação sobre a história da educação pública municipal na cidade de Santo André, desde as primeiras escolas destinadas a acolher as crianças pequenas até a implantação dos Centros Educacionais Assistenciais e Recreativos, denominados CEAR. Segundo Granjo (2003) ao fim da década de 1940, Santo André contava com 34 escolas municipais, e de acordo com Gaiarsa (1968; 1991) as primeiras escolas da região foram instaladas dentro das indústrias que além de oferecer instrução utilizavam a mão de obra destas crianças, apontando que o ensino público municipal teve seu início antes mesmo da implantação do CEAR. O objetivo desta pesquisa é buscar a origem, reconstituir e escrever sobre a história das escolas municipais que atendiam as crianças de 0 a 6 anos na cidade de Santo André. Para isso a delimitação temporal abrange o período de 1950 a 1980. Tal período justifica-se porque a partir da década de 1950 inicia e se consolida a crescente industrialização da região, bem como o crescimento da cidade e do emprego. Como consequência disso, emergiu a necessidade no aumento da oferta de vagas nas escolas, e em 1980 é realizado o primeiro concurso público para o cargo de professor, constituindo o corpo docente para compor o CEAR. O estudo consiste na análise de documentos escritos e publicados na segunda metade do século XX, prontuários escolares de professoras aposentadas das escolas municipais, livro-ata das reuniões do Conselho de escola, fotos e entrevistas com professoras aposentadas. As leis e decretos estão conservados na Biblioteca Digital da Câmara dos Vereadores de Santo André. Os prontuários das professoras aposentadas e o livro-ata estão arquivados nas atuais escolas municipais de educação infantil e ensino fundamental da cidade. As entrevistas serão realizadas com um grupo de professoras aposentadas que foram funcionárias públicas do quadro de profissionais do magistério municipal em diferentes períodos, desde a década de 1950 até a década de 1980. Analisando os decretos e leis foi possível identificar informações a respeito de cargos e gratificações a professoras municipais desde o ano de 1959, além de dezenas de informações a respeito de escolas municipais. Os prontuários das professoras aposentadas contêm portarias com nomeação de cargos, cópias de jornais da cidade com as listas de atribuição de professor para lecionar em determinada escola, certificados de cursos oferecidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte da cidade de Santo André, dentre outros documentos. Durante a revisão bibliográfica, constatou-se a quase inexistência de pesquisas que investiguem a história das escolas municipais na cidade de Santo André. As produções acadêmicas localizadas, estudam diversos aspectos da escola, como: políticas públicas, recursos financeiros e práticas pedagógicas; entretanto não há pesquisas que contem a história da educação pública municipal, o que justifica a importância e relevância deste estudo.

**Palavras-chave:** Santo André. Educação municipal. História local.

## ESCOLA LIVRE DE TEATRO DE SANTO ANDRÉ: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Patrícia GUIFFORD  
Lígia Helena de ALMEIDA

A Escola Livre de Teatro de Santo André (ELT), é referência nacional e internacional na formação de artistas para o teatro, reconhecida pelo seu método inovador e pioneiro de trabalho, embasado na pedagogia da autonomia, na gestão coletiva e no processo de criação colaborativo, práxis essas que influenciaram diretamente no modo de trabalho dos grupos de teatro paulistas, conhecidos pela expressão “teatro de grupo”. Ao longo dos anos, elaborou-se uma metodologia que concebesse a arte da atuação como lugar de formação do indivíduo/a, em que a dimensão humana fosse inerente à dimensão profissional. Esses foram e continuam sendo os alicerces pressupostos da escola desde a sua criação em 1990. A defesa por uma pedagogia que visa a autonomia da/o aprendiz na relação ensino-aprendizagem, já aparece em seu primeiro documento constituidor, denominado Projeto Piloto, salvaguardando a importância de um centro ARTICULADOR para que as pessoas interessadas pudessem estudar mais profundamente o ofício teatral. Destaca-se, ainda, no Projeto Piloto, um posicionamento de que o Estado deva ser entendido como um agente responsável pelo exercício dos direitos culturais, apoiando e incentivando a valorização e difusão dos conhecimentos produzidos por todos e todas dessa instituição. Em 30 anos de existência, a ELT sempre cuidou para que seus/suas aprendizes se desenvolvessem artisticamente sem sujeitá-los/las a obrigações curriculares pré-definidas e pré-fixadas. A ELT foi pensada e assim se concretizou por (e para ser) um lugar de livre experimentação, onde a reflexão, o espírito crítico, a livre expressão, a capacidade autoral de criação e a noção de cidadania fossem pilares dessa formação artística. O Projeto Político Pedagógico da Escola Livre de Teatro de Santo André foi escrito durante o ano de 2019, com a participação de toda comunidade escolar: aprendizes, coordenadores/as, mestres/as e funcionários/as. A construção desse documento foi uma experiência de reconhecimento, organização do pensamento da escola, afirmação de nossa identidade, e possibilitou a discussão sobre nossos propósitos dentro desse projeto público de formação em teatro. Nesse registro estão nossas diretrizes construídas e em constante revisão a partir da fricção das relações da comunidade escolar entre si, seu tempo e o que nos cerca. Entender esse documento como um tratado definitivo da nossa pedagogia seria trai-lo – assim sendo, é necessário que seja revisto e atualizado a cada ano, a fim de construir com liberdade um projeto de formação artística que seja resultado, e atenda as urgências de sua relação com o mundo. Apresenta princípios pedagógicos, de relação, conceitos e termos utilizados na escola e sua proposta curricular pedagógica.

**Palavras-chave:** Escola livre. Pedagogia teatral. Ação afirmativa. Formação do ator. Escola Livre de Teatro de Santo André.

## OS PETROLEIROS DE MAUÁ: ORGANIZAÇÃO E LUTA PELA ENCAMPAÇÃO (1957-1964)

Caio Vinicius de Castro GERBELLI

Esta comunicação é resultado da dissertação de mestrado defendida em 2018 no programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Intitulada “Todos para o que der e vier: os trabalhadores do petróleo de Mauá e a luta pela organização sindical (1957-1964)”, o trabalho objetivou compreender a trajetória dos trabalhadores do petróleo de Mauá e o processo formativo da sua entidade de classe, procurando entender as formas organizativas dos trabalhadores e as condições da luta de classe no ABC. Tendo como recorte temporal os anos de 1957 e 1964, esta pesquisa versou sobre os espaços de ação destes operários permeando as movimentações políticas que resultaram na fundação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Mauá em 1960, com fortes incentivos por parte da Refinaria e Exploração de Petróleo União através do desenvolvimento de um capitalismo de bem-estar pela Sociedade Beneficente Petróleo União - SBPU. A partir da conquista de uma entidade que representasse unicamente estes trabalhadores, nossa análise mostrou como se deu o processo de tomada de controle do sindicato pelos petroleiros, os desdobramentos ocasionados pelo fortalecimento da classe dos trabalhadores do petróleo de Mauá e os embates ocorridos entre empresa e sindicato. Para o desenvolvimento do trabalho fizemos a análise empírica de documentos, nos utilizando das fontes preservadas pelo sindicato dos petroleiros de Mauá, Rio de Janeiro e Minas Gerais, documentos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social – DEOPS-SP, variados periódicos, fontes oficiais da Refinaria União e realizamos entrevistas com petroleiros anistiados que trabalharam na empresa e que foram demitidas após o golpe civil-militar de 1964. Como o desenrolar da pesquisa, evidenciamos como foi o desenvolvimento da pauta de encampação das refinarias particulares, através da construção de uma rede de solidariedade e sociabilidade entre os trabalhadores do petróleo de outras regiões do Brasil, tanto de empresa privada como da Petrobras, e como esta operação resultou na consolidação de uma classe petroleira nacional, que defendiam a consolidação de um processo de organização pelo Monopólio Integral do Petróleo pela Petrobras. Como resultado de todo esse movimento e da greve realizada pelos petroleiros de Mauá em 1963, o decreto de encampação foi assinado pelo presidente João Goulart no comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964, mas com o golpe impetrado, o decreto foi cancelado e os trabalhadores grevistas foram demitidos e perseguidos. Desta maneira mostramos as formas de luta e ação de trabalhadores e trabalhadoras que defenderam intensamente os interesses da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Trabalhadores do petróleo. Sindicato. Encampação.

## **Sessão 3 – 13/10/2021 – 14h**

## PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, PERSPECTIVAS ANDREENSES: UM DEBATE COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA

Edilene Vieira FAZZA  
Kátia CANIL  
Sandra Irene Momm SCHULT

O município de Santo André foi pioneiro na lógica do planejamento ambiental na região do ABC, em 1998 foi instituída a Política Municipal de Gestão Ambiental, Lei nº 7733, que regulamenta o amparo legal para a Macrozona de Proteção Ambiental, que corresponde a 61,9% do território municipal. O município abriga dois parques de proteção integral, com a gestão municipal, além das duas unidades de conservação de gestão estadual, sendo uma Parque e outra Reserva Biológica. Destaca-se que o município andreense garante um cenário importante no ponto de vista ambiental, instrumentos de gestão pública dão suporte técnico e acadêmico para comprovar a situação ambiental da região, que mesmo que ocupada fornece inúmeros serviços ecossistêmicos. O Diagnóstico de Cobertura Vegetal (2012), o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba (2012), o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Pedroso (2016) a Carta Geotécnica de Aptidão a Urbanização (2016), são instrumentos que elucidam o cenário ambiental da região, associados a outras publicações é possível constatar a relação da área de estudo com a produção dos serviços ambientais. Para compreender melhor o instrumento Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é necessário definir claramente o que são os Serviços Ecossistêmicos (SE) e Serviços Ambientais (SA), uma vez que os conceitos e definições são fundamentais para a aplicação do mecanismo PSA. Considera-se que os Serviços Ecossistêmicos são os benefícios diretos ou indiretos que a natureza produz, de forma espontânea e natural, dos quais o homem é o beneficiado. Já os Serviços Ambientais (SA) estão associados às ações humanas para proteger os serviços ecossistêmicos. Os SA são passíveis de receber compensações monetárias, no Brasil denominamos PSA. O Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) é um instrumento de incentivo econômico, baseado, em alguns casos, no princípio do “usuário-pagador” e “provedor-recebedor”, em outros está fundamentado na economia ecológica. Este instrumento pode melhorar a qualidade ambiental de determinada região, além de atuar também nos parâmetros econômico, sendo positivo para índices correlatos à pobreza. O PSA é utilizado a mais de trinta anos ao longo do mundo, no Brasil o primeiro programa de PSA foi instaurado em 2005, na cidade mineira de Extrema (MG). Salienta-se que nesse estudo também se constatou o ponto de vista legal no que tange a temática do PSA, SE e SA andreense, nesse sentido, um amplo debate nas questões legais constatou que o município atualmente é carente em determinações legais para PSA e inexistência de limites claros de áreas rurais e urbanas. Esse artigo revela quais as ações e recomendações de políticas públicas com o intuito de aplicação real do instrumento PSA no município de Santo André como ferramenta de gestão ambiental.

**Palavras-chave:** Pagamento por serviço ambiental. Serviços ecossistêmicos. Serviços ambientais. Gestão pública. Santo André.

## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO: O QUE DOCUMENTOS DO SÉCULO XIX NOS DIZEM SOBRE A EDUCAÇÃO MUNICIPAL?

Adriana Santiago SILVA  
Claudia PANIZZOLO

O presente trabalho propõe uma investigação sobre a história da Educação no município de São Bernardo do Campo, a partir de análise de três documentos legais escritos no século XIX, ocasião da instituição da primeira escola de primeiras letras. Os dois primeiros documentos foram escritos pelo inspetor Francisco Martins Bonilha à Câmara de São Paulo, em 1834 e 1842 respectivamente. O terceiro um ofício encaminhado pelo Pe. Lustosa, professor de primeiras letras, em 13 de março de 1852, endereçado ao Inspetor Geral da Instrução Pública da Província, Dr. Diogo de Mendonça Filho. A primeira escola de primeiras letras de São Bernardo foi conhecida popularmente como “do Pe. Lustosa”. Nesta ocasião Bonilha exercia o cargo de inspetor de ensino na Freguesia. De acordo com Souza (1998), nesta época, educação e moralidade andavam de mãos dadas, sendo diretamente ligadas à formação do cidadão. A sociedade, que até o momento era vista como atrasada, passa a vislumbrar possibilidade de avanços através da educação. É possível identificar no discurso de Bonilha esta visão, quando afirma em sua escrita no ano de 1834 que: [...] Não obstante, a instrução primária tem recebido algum impulso, já não se vem tantas assinaturas de cruz, como observei antigamente. (SANTOS, 1992, p. 202). Ainda neste documento o inspetor ressalta a questão econômica da população, afirmando que os pais optavam pelo trabalho dos filhos para que a família pudesse se sustentar e que a quantidade de escolas na Freguesia era insuficiente. O padre Lustosa também relata a dificuldade em garantir a frequência dos alunos, uma vez que a distância era um dificultador para o acesso e permanência das crianças, somando às questões econômicas e necessidade de trabalho. Neste sentido o Lustosa realizou uma adaptação de horário para que os alunos pudessem retornar as suas casas durante o dia. No ofício encaminhado pelo professor, em 13 de março de 1852, endereçado ao Inspetor Geral, limites são elucidados ao relatar que custeava materiais pedagógicos, assim como da precariedade da sala de aula, que funcionava em sua casa. Evidenciam-se no relato de Lustosa fatos mencionados por Saviani (2015) em relação à parca remuneração, ineficiência do método e falta de instalações físicas adequadas. Todavia em relação à disciplina não houve qualquer tipo de contestação por parte do professor. Evidencia-se ainda que os discursos, quando de interesse mútuo entre o sistema e o professor, não sofriam críticas ou necessidade de alteração, em especial na prevalência das relações de poder.

**Palavras-chave:** São Bernardo do Campo. Ensino infantil. História local.

## **POLÍTICAS PARA MULHERES EM SANTO ANDRÉ: UMA HISTÓRIA DELAS**

Eliane Cristina de Carvalho Mendoza MEZA

A atuação das mulheres nos espaços públicos tem um histórico de apagamento. As histórias referentes às mulheres atuantes na vida pública (fora dos domínios domésticos) foram tecidas através de registros orais, biografias, entrevistas e resgatadas com mais força a partir do século XX, daí a razão do presente trabalho buscar apresentar a história da criação de organismos de políticas para mulheres em Santo André através, também, das memórias das mulheres da Região do Grande ABC. O processo de criação dessas políticas vem desde a década de 1970, onde mulheres do Grande ABC lutaram por direitos que eram naturais para os homens, mas que não eram para elas, tais como: creches, sacolões e melhores condições de trabalho; elas se juntaram a movimentos sociais que, a partir dessa década, ressurgiram no cenário político brasileiro. A redemocratização do Estado veio com a atuação desses movimentos em vários segmentos da sociedade, inclusive os que, até então, não tinham muita visibilidade. A pauta principal era a volta do Estado democrático, entretanto, as pautas subjacentes não foram esquecidas; esse foi o caso do Movimento de Mulheres organizadas de Santo André, cuja pressão fez com que fosse criada a Assessoria dos Direitos da Mulher, pioneiro no estado de São Paulo, por ser um organismo diretamente ligado ao gabinete do prefeito, o que fazia com que tivesse maior espaço, visibilidade e poder. Os organismos de política para mulheres foram criados e extintos ao longo dos anos, de acordo com o prefeito eleito. Fizemos o mapeamento histórico desses organismos baseados na Cartilha Mulheres de Santo André em Pauta, publicação lançada em 2015 pela Secretaria de Política para Mulheres, especificando cada organismo e data de criação e extinção, bem como nas memórias de mulheres entrevistadas. A história demonstra que as mulheres de Santo André sempre lutaram por direitos e as articulações dessas lutas como sociedade civil foi levada para o Poder Público, através dos organismos de políticas para mulheres. Infelizmente, não existe uma continuidade em relação à manutenção desses organismos, pois, geralmente eram extintos quando um prefeito de outro partido assumia a prefeitura; mas mesmo nesses períodos, essas mulheres continuavam/continuam na luta para garantir um município que respeita e cuida das suas munições. Esse trabalho foi baseado na dissertação de mestrado da autora, onde, ao pesquisar sobre a implementação da Casa Abrigo Regional, descobriu essa história de luta de mulheres de garra do Grande ABC. Foram feitas entrevistas com mulheres em cargos oficiais do município e fora dele, mas que participaram da implementação do aparelho. Além das entrevistas, a autora também utilizou documentos oficiais e outros que ganhou das entrevistadas durante as entrevistas. Essas mulheres fizeram Santo André, o embrião de liderança no que se refere às políticas para mulheres e até hoje lutam pelos seus direitos a fim de que não retrocedam.

**Palavras-chave:** Memória. Políticas para mulheres. Santo André.

## **Sessão 5 – 20/10/2021 – 14h**

## PRACINHAS DO ABCD: A TRAJETÓRIA DE COMBATENTES NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Cristina FERES  
Priscila Ferreira PERAZZO  
Nátalia IMPROTA

A participação das tropas brasileiras na Segunda Guerra Mundial não faz parte da memória coletiva do país. Com um contingente de 25.334 homens, São Paulo foi o segundo Estado com maior representatividade na Força Expedicionária Brasileira (FEB), com 3.889 combatentes, dos quais estima-se que cerca de seis dezenas tenham partido da região do ABCD. Desse modo, esta comunicação tem por propósito apresentar nossa pesquisa que trata da memória desses ex-combatentes. Para isso, pretende identificar de que forma a vida destes homens foi afetada pela experiência de guerra e as vivências que tiveram no campo de batalha, durante os dez meses que o Brasil lutou ao lado das Forças Aliadas (de julho de 1944 a maio de 1945). A representação da guerra na memória dos ex-combatentes inclui a convocação e o impacto do deslocamento para o combate, passando pelo preparo para a batalha até aspectos ligados ao cotidiano na Itália, como a integração com a sociedade local, os acidentes e traumas, os amores e casamentos, a miséria e a prostituição, os laços de solidariedade com os habitantes do país em conflito. O retorno ao Brasil e a reintegração à vida social e laboral são marcados pela decepção frente à falta de reconhecimento político e social enquanto agentes históricos, aliado em alguns casos a problemas psicológicos decorrentes da vivência no conflito. O aprisionamento em campo de concentração, a internação hospitalar e o descaso governamental são algumas das sequelas que marcaram a vida do soldado cidadão, popularmente conhecido como pracinha. A organização destes homens em associações de cunho assistencial nas cidades do ABC, anos após o retorno das tropas ao Brasil, é uma pista para se tentar entender o porquê da atuação do Brasil na Segunda Guerra – único país da América Latina a enviar tropas para a Itália e que foi incorporado ao V Exército americano - guardar versões do passado não consolidadas na memória coletiva e que sobrevivem como memórias subterrâneas restritas aos febianos e suas famílias. A análise baseia-se em depoimentos de homens originários da região do ABCD ou que aí viveram e que integraram os batalhões da FEB nas mais diversas funções (remuniador de metralhadora, atirador da Infantaria, construtor de pontes, farmacêutico, sapador, médico, instalação de linhas telefônicas, cozinheiro, entre outras), coletados com base na metodologia de História Oral de Vida que integram o acervo HiperMemo, elaborado no Grupo de Pesquisa Memórias do ABC, vinculado ao Laboratório HiperMídias da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS. Como produtos desta pesquisa, encontram-se em fase de produção: 1) a organização do banco de dados sobre a memória dos ex-combatente; 2) um documentário que trata das marcas da guerra, incluindo ferimentos físicos e preconceitos sociais, temas recorrentes nos depoimentos dos paulistas entrevistados; e 3) publicação de livros de memória e diários.

**Palavras-chave:** Força Expedicionária Brasileira – FEB. Memória. Segunda Guerra Mundial. Combatentes. Grande ABC. História de vida. Exército.

## **GRUPO CÊNICO REGINA PACIS: OS 58 ANOS DE UM GRUPO DE TEATRO**

Hilda Breda ASSUMPÇÃO

Em 1962, numa São Bernardo do Campo, começando a se industrializar, nos bastidores da Basílica Nossa Senhora da Boa Viagem, nasceu um grupo de teatro - o Regina Pacis. Liderado por Antonino Assumpção que, percebendo a ausência de entretenimento na cidade, reuniu jovens da paróquia e começou, despretensiosamente, a apresentar pequenos esquetes e representações religiosas. O público aprovou e logo houve um consenso de que o grupo, formado por pessoas das mais diferentes profissões e origens, poderia ousar mais. Assim, alçou voo próprio desligando-se da paróquia e levando ao palco textos de autores consagrados e estendendo suas apresentações por todo Grande ABC. As interpretações, os cenários e os figurinos foram mais bem cuidados e, então, se deu a inscrição no prestigiado Festival de Teatro Amador do Estado de São Paulo. A participação lhe rendeu várias premiações com o cobiçado troféu “Governador do Estado”. Isso gerou estímulo para que as novas produções fossem ainda mais esmeradas e contassem também com o auxílio de profissionais tarimbados do cenário teatral brasileiro. Isso contribuiu para desenvolver o talento e a garra dos abnegados integrantes do grupo. A excelência, a dedicação e a seriedade no trabalho passaram a ser a mola propulsora da trupe, e esses predicados se mantiveram nos anos seguintes, numa sequência ininterrupta de atividades e apresentações, em várias cidades brasileiras. A trajetória do Regina Pacis permeia muitos momentos da história social, cultural e política do país, passando períodos atribulados na vigência da censura federal no governo militar, com textos e montagens proibidos de serem encenados. Não esmoreceu e seguiu produzindo, sem pausas, as 132 montagens que compõem o seu currículo. Também encarou dramas fora do palco quando do falecimento de seus diretores, atores, técnicos e, antes de tudo, amigos. Hoje, os integrantes mais antigos (iniciaram em 1968), assumiram e continuam essa trajetória. Uma história única porque nenhum grupo de teatro no Brasil tem a sua longevidade e com atuações ininterruptas. O Regina Pacis é um sobrevivente, com características próprias: seus integrantes não são remunerados, os poucos valores de bilheterias ou cachês são gastos nas produções futuras, a maioria de suas apresentações são gratuitas e realizadas pelo prazer em oferecer espetáculos a todos os públicos. Tudo que é utilizado nas montagens vai sendo armazenado e compondo seu vasto acervo de cenários, figurinos e diversos outros acessórios. Sem contar a rica documentação (fotos, jornais, revistas, cartazes, entre outros) e uma extensa galeria de troféus. São significativos registros da memória teatral, cultural e histórica. Por sua carreira tão relevante, o grupo já foi tese de doutorado, tema de diversos trabalhos acadêmicos e referência em vários livros. Os reginapacenses se orgulham dos seus 58 anos e de toda sua contribuição à cultura, à arte e ao entretenimento.

**Palavras-chave:** Grupo Cênico Regina Pacis. Teatro. Grande ABC. Memória cultural.

## A CONTRIBUIÇÃO DO CONDEPHAAT-MA PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INDUSTRIAL DA CIDADE

Cecília Auxiliadora Bedeschi de CAMARGO

Embora existam diversas experiências de preservação no Grande ABC, o processo de industrialização ainda não tem a mesma importância em nossa história e paisagem urbana, carecendo de uma profunda reflexão que contemple a memória e a história da indústria e do trabalho que caracterizam a região. Mauá passou da extração de madeira, no séc. XIX, para as indústrias de porcelana no séc. XX, além da fábrica de Sal e do Curtume, chegou a ter em torno de 20 fábricas abertas, ficando conhecida como a “Cidade da Porcelana”. Hoje apenas duas fábricas produzem e uma decora. Mas a omissão dos governantes, levaram à perda de vários patrimônios materiais. Dessa forma, sem a presença de um órgão que defenda esses patrimônios, a cidade foi dilapidada e muito de sua história acabou caindo no esquecimento. Somente em 15 de maio de 2001, é que através da Lei 3387, o então prefeito Oswaldo Dias, cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico. Portanto, em poucos anos, essa memória tão importante, teria sido perdida, sem a intervenção do Conselho. Mesmo assim, galpões de várias empresas desapareceram por completo, antes da existência do Conselho, como a Bragussa, a Tintas Globo e a Viúva Grande e Filhos. Em um esforço para garantir a permanência de, ao menos parte dessa memória da indústria na cidade, o CONDEPHAAT-Ma, apresenta os seguintes processos de tombamento e de estudo de tombamento: Cruzeiro de Pedra; Chaminé do Curtume; Fachada da Porcelana Mauá; Gruta de Santa Luzia; Conjunto de obras Comemorativas dos 50 anos de Mauá; Processo de fabricação em arte cerâmica de Yasuichi Kojima; Caixa D’Água da Porcelana Schmidt. Só a existência do Conselho não garante a permanência dos bens tombados. Há a necessidade de diálogo permanente, tanto com os proprietários dos bens, quanto com os agentes públicos responsáveis pelos bens pertencentes ao município. Por isso o Conselho desenvolveu um material em que explica o que é patrimônio, como deve ser preservado e lista todos os processos de tombamento e estudo de tombamento. Outras ações são as palestras em escolas sobre preservação do patrimônio. Quando o Conselho consegue dialogar tanto com o poder público, quanto com a sociedade civil, conseguimos a preservação dos bens para a permanência física da história do desenvolvimento industrial e dos trabalhadores, que são anônimos e sem voz. Podemos dizer que a grande contribuição do CONDEPHAAT-Ma para a preservação da memória industrial de Mauá é dar voz e valor às pessoas que deixaram suas marcas e transformaram-se à medida que transformavam a cidade. É o reconhecimento dessa voz que o Conselho agrega aos patrimônios industriais e preservando-os, preservamos um patrimônio imaterial intangível: a ligação das histórias dos trabalhadores com as futuras gerações.

**Palavras-chave:** Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico. Patrimônio industrial. Preservação. Trabalhadores. Mauá.

## **A WIKIFICAÇÃO DA CIDADE DE SÃO CAETANO DO SUL**

Liráucio GIRARDI JR.  
Aline Miranda ALVES  
Rodrigo Cavalli de SOUZA

Este artigo apresenta as investigações iniciais relacionadas ao processo de wikificação da cidade de São Caetano do Sul, projeto de pesquisa realizado junto ao Programa de Mestrado em Inovação na Comunicação de Interesse Público da USCS. O processo de wikificação de São Caetano do Sul gera importantes discussões envolvendo: a) a Cultura da Colaboração, da produção de Recursos Educacionais Abertos (REA) e das Metodologias de Ensino Ativas; b) uma série de reflexões sobre a natureza jurídica das licenças de uso de bens imateriais como a produção intelectual (copyright, creative commons, copyleft); c) as diretrizes de compartilhamento e publicidade que orientam a esfera pública democrática, a divulgação e a preservação do patrimônio cultural da cidade de São Caetano do Sul; d) aproximação entre o conhecimento escolar e a cidade - por meio do uso didático de plataformas colaborativas (wiki) - e a valorização do papel dos alunos como cidadãos. Esse processo envolve, também, conversações com o poder público local, basicamente, com as secretarias de cultura e educação, com os órgãos de proteção ao patrimônio histórico e cultural, com as diretorias de museus e bibliotecas entre outros. Sua operacionalização depende de: a) oficinas de popularização ou “letramento” em plataformas wiki (no caso, a Wikipédia) junto aos professores do Colégio Universitário USCS; b) a adaptação de acervos do próprio PPGCOM - USCS (Hipermemo – “Memórias do ABC”) às plataformas Wikimedia Commons, modificando seu padrão de registro e divulgação pública; c) a integração da universidade ao projeto GLAM (Galleries, Libraries, Archives and Museums), possibilitando o registro de monumentos e acervos artísticos da cidade de São Caetano. Como a USCS firmou uma parceria com a UNESCO (para a formação do Centro Internacional de Cooperação Universitária) cabe destacar que os princípios que orientam esta pesquisa estão diretamente alinhados com as boas práticas para a Educação e Cultura na América Latina e com as ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da Agenda 2030. Essas investigações desdobram-se em: a) uma iniciação científica (graduação) focada na possível transferência do arquivo Hipermemo “Memórias do ABC” para a plataforma Wikimedia Commons. Trata-se de levantar as vantagens e os limites dessa transferência - com relação aos tipos de licenças de uso utilizados em diferentes plataformas, a importância de registro de metadados e as principais características de produção de um conhecimento livre e colaborativo; b) uma iniciação científica (ensino médio) focada na representação de São Caetano do Sul nos verbetes da Wikipédia. Trata-se de uma análise das relações de visibilidade e invisibilidade produzida na plataforma Wikipédia e a sua relação com a história local gerada por esse tipo de representação.

**Palavras-chave:** Wikipédia. Memória. Grande ABC.

## **Sessão 6 – 22/10/2021 – 10h**

## **A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS EM SANTO ANDRÉ-SP ENTRE 1989 E 2000**

Kleber José da SILVEIRA

O presente trabalho apresenta resultados preliminares de uma pesquisa de doutorado em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC – UFABC e tem como objetivo registrar e analisar as práticas participativas experimentadas no âmbito da política de urbanização de favelas em Santo André, verificando limites e possibilidades para construção de uma cultura democrática e participativa na esfera da Administração Pública local. O Município de Santo André, sobretudo nos mandatos do prefeito Celso Daniel (1989-1992 e 1997-2002), desenvolveu um programa de urbanização integrada de assentamentos precários adotando práticas participativas inovadoras que contribuíram para alcançar resultados positivos, mas que não foram adequadamente registradas e avaliadas, portanto, o alcance da própria política é pouco conhecido. As práticas participativas viabilizaram complexas intervenções em um cenário adverso, marcado principalmente pela escassez de recursos e pela limitada experiência acumulada com a temática de urbanização no Brasil. Os espaços e estratégias de participação mudaram ao longo do tempo trazendo ganhos e perdas em relação a dimensão social (e de cidadania) e operacional. Há indícios de que a participação social perde importância na década de 2010, período que coincide com a disponibilização de recursos no âmbito do PAC e com a ampliação do volume de investimento e perda da capacidade de implementação de política (SILVA, 2019). As técnicas de participação desenvolvidas durante esse período, buscavam o envolvimento da comunidade na elaboração de projetos urbanísticos e o desenvolvimento social, incorporando o conhecimento e a percepção da comunidade sobre o território. A metodologia de urbanização desenvolvida em Santo André “veio da relação com os movimentos sociais e mutirões. Era muito participativo e nós íamos buscando pessoas e referências. Foi um encontro de experiências e visões” (RESCHKE, 2019). Para atingirmos nossos objetivos, utilizaremos a metodologia de revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas para compreender os processos metodológicos de intervenção em favelas, bem como conhecer e analisar as práticas participativas durante a implementação da política de urbanização e favelas no município de Santo André. As entrevistas preliminares apontam que há indícios de redução e enfraquecimento dos canais de participação. Lima (2019) observa que a “rica trajetória na área de urbanização de favelas” provavelmente explica que, apesar de ter reduzido a capacidade técnico-burocrática e política-relacional, o município consegue executar urbanizações com recursos do PAC. Tendo a vista o pioneirismo e relevância da experiência de Santo André entende-se que registrar e avaliar as práticas de participação social constitui importante contribuição para o desenho e aprimoramento das políticas e programas de urbanização de favelas.

**Palavras-chave:** Santo André. Urbanização de favelas. Participação social.

## O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO E O FAZER DOCENTE NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ

André Luiz Lirio da CUNHA

A dissertação visa analisar o ensino de História na educação de jovens e adultos no contexto de construção curricular na rede municipal de Santo André, no período entre 2013 e 2016. O objetivo do trabalho é investigar as formas de participação dos docentes no processo de construção curricular para compreender de que maneira se desenvolveu a atuação desses professores nas discussões e formações pedagógicas no processo e como essa experiência interveio (ou não) em suas práticas docentes no ensino de História, bem como os princípios relacionados à educação de jovens e adultos. A justificativa do trabalho emerge, sobretudo, da minha prática docente para jovens e adultos. Leciono desde 2014 como professor de História da rede de Santo André, na EJA II. Baseamo-nos nos pressupostos teóricos da construção social do currículo de Ivor Goodson (1995), articulando-os com as concepções da educação popular Paulo Freire (1983; 1996) e da categoria de experiência de E. P. Thompson (1981; 2002), a qual considera os sujeitos como reflexivos e atuantes da própria história, mesmo com limitações evidentes. A partir da documentação produzida no período e das entrevistas semiestruturadas com dois professores de História da EJA de Santo André. Dessa forma, como parte propositiva da dissertação, foi construído um material com atividades elaboradas utilizando como ponto de partida a prática social, ou seja, o educando individualmente e coletivamente a partir de suas experiências sociais mediadas pelo conhecimento socialmente construído. Evidentemente que as propostas possuem caráter sugestivo e necessariamente podem e devem ser modificadas de acordo com a realidade de cada comunidade escolar. Espero que essa singela contribuição instigue os professores em suas lutas cotidianas para uma educação libertadora. Dessa forma tentar assim como E. P. Thompson: [...] conseguir o equilíbrio entre o rigor intelectual e o respeito pela experiência, mas hoje em dia este equilíbrio está seriamente prejudicado. Se eu tiver corrigido esse desequilíbrio um pouco, fazendo-nos lembrar que as universidades se engajam na educação de adultos não apenas para ensinar, mas também para aprender, terei então conseguido meu objetivo (THOMPSON, 2002, p. 46). Para se aproximar de tal equilíbrio (entre o rigor intelectual e o respeito pela experiência), o ensino de História, embasado na concepção da educação popular possui uma profunda importância na EJA. Pois considera as particularidades dos educandos jovens e adultos trabalhadores. Dessa maneira, os professores comprometidos com essa concepção valorizam o diálogo entre os conhecimentos históricos e as experiências vividas por esses sujeitos. Diante disso, defendo que a EJA de Santo André seja um espaço aberto para debates, formações e trocas de experiências; possibilitando aos professores e professoras maior autonomia em sua prática docente.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Educação de jovens e adultos. Docentes. Educação popular. Currículo escolar. Santo André.

## **Sessão 7 – 27/10/2021 – 10h**

## MAUÁ, PARQUES URBANOS E HISTÓRIA: CONEXÃO E SENTIDO NA CIDADE

Iranilda Oliveira de MEDEIROS

Parques urbanos são áreas de uso coletivo que apresentam funções ecológicas, estéticas e de lazer (LOBODA, ANGELIS, 2005), mas nem sempre se tratam de unidades de conservação ou áreas protegidas (SNUC, 2000). Entretanto, certamente são espaços imprescindíveis ao contexto urbano por assegurarem nele diversos direitos aos cidadãos. Nesse sentido, o que poderia potencializar esse aspecto é a conexão, a possibilidade de se pensar a cidade a partir da sua pluralidade como revela Certeau (1998), ou seja, articular a cidade a partir do conhecimento de suas características, das histórias, das identidades das pessoas que ali habitam, e habitaram, e de suas subjetividades. Acredita-se que o lazer seja um momento privilegiado para isso, tornando possível, por conseguinte, também uma conexão territorial, permitindo o uso sistêmico dos espaços livres públicos (QUEIROGA, 2012) pela população. Assim sendo, a presente reflexão tem como objetivo levantar o histórico do Parque Natural Municipal Guapituba Alfredo Kinklert Junior e do Parque Gruta de Santa Luzia em Mauá por meio de pesquisas bibliográfica e documental. Com o intuito de apontá-los como elementos de conexão da cidade potencializando sua relevância histórica para o município. Para tanto, metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com enfoque bibliográfico e documental, com consulta a documentos disponibilizados pelo Museu Barão de Mauá. Dentre os resultados obtidos, destaca-se que o Rio Tamandateí é um importante elemento de conexão da cidade permitindo a articulação entre os parques existentes, uma vez que ele cruza todo o município. Tal conexão poderia ocorrer por meio de parques lineares, pois eles “[...] oferecem maiores possibilidades de acesso à rede de espaços equipados para o lazer, pois se intrometem com maior eficiência no tecido urbano do que grandes superfícies concentradas.” (BARTALINI, 2004, p. 84). Concluindo-se, dentre outros aspectos, que elementos históricos como uma antiga fazenda de uva e a imigração alemã presentes no Parque do Guapituba ou uma antiga pedreira, como o Parque da Gruta, poderiam ser conectados, inclusive territorialmente, por meio do curso do Rio Tamandateí, por meio de parques lineares. Uma vez que, observa-se, o mauaense caminha pela cidade, nas calçadas esburacadas, nas ruas quando as calçadas já não lhe cabem, e essa caminhada é um traço de sua própria identidade, da fruição da vida social nesse município. Essa conexão poderia garantir espaços públicos de fruição do tempo livre em diferentes bairros que hoje carecem deles: Jardim Zaira e Itapeva, por exemplo. E assim, quem sabe poderiam os parques urbanos da cidade com seus remanescentes de natureza e de identidade ajudar a fazer de Mauá aquilo que ela nasceu para ser, como evoca seu nome: uma “cidade elevada”.

**Palavras-chave:** Parques urbanos. Tempo livre. Cidade. Atividade física de lazer. Conectividade.

## DOS SALÕES DE ARTE À PINACOTECA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL: OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA COLEÇÃO DE ARTE (1967 A 2002)

Monica IAFRATE

O objeto de estudo de nossa dissertação é a constituição da coleção fundadora da Pinacoteca Municipal e a criação deste museu no âmbito da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul. Esta coleção foi adquirida através da realização de salões de arte contemporânea, organizados pela municipalidade no período de 1967 a 1988 e ficou “perdida” até 1994, quando foi localizada e transferida para a Fundação Pró-Memória, uma autarquia municipal, dedicada a preservação e difusão da Memória e História da cidade, que assumiu a responsabilidade pela criação do novo museu. O estudo desenvolvido para essa dissertação tem três objetivos principais: registrar e analisar a trajetória da formação deste acervo fundador e suas implicações na criação e definições dos principais características da Pinacoteca Municipal, com foco na opção pela arte contemporânea na base formadora dos salões de arte; analisar a criação da Pinacoteca Municipal no âmbito da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, uma instituição cujo principal objetivo é preservar e divulgar a memória e a história local; contribuir para o campo de conhecimento museológico, através dos estudos de proveniência e da análise dos processos de musealização da arte contemporânea, para estabelecer as linhas de análise do nosso objeto de estudo. Estamos trabalhando com fontes históricas primárias (documentos, jornais e depoimentos) além da bibliografia sobre a história local. Nossas referências teóricas sobre musealidade e processo de musealização são baseadas nas discussões estabelecidas por autores como Zbyněk Stransky, André Desvallés, François Mairesse, Waldisa Russio e Cristina Bruno. Já os estudos de proveniência são baseados nos trabalhos encabeçados por Gail Feigenbaum e Inge Reist, no The Getty Research Institute. A metodologia de pesquisa empregada tem sido a crítica das fontes baseada na leitura e confrontação de dados. No caso do estudo da Coleção dos Salões de Arte, será feito também um cotejamento entre as obras que a compõe o acervo e a documentação levantada na pesquisa (catálogos, publicações e processos administrativos). Através de uma pesquisa, estamos levantando elementos que nos possibilitarão compreender o contexto histórico em que a Coleção dos salões de Arte foi criada, especialmente destacando a opção pela arte contemporânea e seu significado dentro do contexto histórico-social da cidade, principalmente por se tratar de uma cidade no subúrbio de São Paulo, distante do protagonismo dos grandes centros. E, sobretudo, entender em que momento se buscou essa posição de vanguarda. Desta forma, poderemos registrar este percurso histórico que permanece fragmentado na memória de alguns poucos que a testemunharam e que é completamente desconhecido para a maioria das pessoas.

**Palavras-chave:** Salões de Arte. Arte contemporânea. Pinacoteca Municipal Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul. Museologia. História. São Caetano do Sul.

## **Sessão 8 – 03/11/2021 – 14h**

## 10 ANOS DE ESCOLA PREPARATÓRIA DA UFABC

Leonardo José STEIL

Até a criação da Universidade Federal do ABC (UFABC) em 2006, a região do ABC Paulista formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra apresentavam uma considerável demanda por vagas no ensino superior público, considerando que a região possui mais de 2,5 milhões de habitantes. A implementação da UFABC contribuiu, dessa forma, para incrementar a formação em nível superior, fomentar a pesquisa e o desenvolvimento regional. A Escola Preparatória da UFABC iniciou suas atividades em 2010, oferecendo para alunos de escolas públicas do entorno da Universidade Federal do ABC aulas de reforço escolar. Ao longo desses anos acumulou-se experiência ao oferecer mais de 4500 vagas. O local de atuação conta com as unidades de Santo André (desde o início), Mauá (entre 2013 e 2016) e São Bernardo do Campo (a partir de 2017). As aulas ocorrem nos períodos vespertino e noturno, sendo lecionadas por colaboradores bolsistas e voluntários. Ao longo de cada ano letivo são realizadas atividades didáticas envolvendo conteúdo do ensino médio, assim como simulados e outras atividades culturais e educativas. Desenvolvimento de aspectos pedagógicos faz parte da rotina de aprimoramento em diversas disciplinas, sempre visando uma melhor adequação do conteúdo programático às exigências do ENEM. A evasão trata-se de um dos maiores desafios a serem superados nesse tipo de trabalho, sendo uma constante preocupação de toda a equipe da EPUFABC. Os motivos que levam à evasão geralmente estão associados a questões financeiras. Dentre as estratégias de estímulo para a permanência, a realização das aulas dentro dos campi da UFABC também é um aspecto de fundamental importância para o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento do espaço público nos alunos do curso. Além disso, ao longo desses 10 anos de existência, a EPUFABC já registrou mais de 800 aprovações em universidades públicas ou particulares (com bolsa integral), dentre estes, mais de 200 ingressantes na UFABC. O número de aprovações é um dado importante para a comprovação da importância desse tipo de iniciativa, mas acredita-se que o efeito mais profundo se reflete na permanência desses alunos na universidade. A Escola Preparatória da UFABC, como uma ação de extensão, desempenha um importante papel de formação de cidadãos dentro e fora da UFABC, proporcionando aos alunos de graduação um ambiente de aprendizado interdisciplinar complementar às aulas tradicionais e à pesquisa, ao mesmo tempo em que traz a população do ABC para dentro da universidade pública.

**Palavras-chave:** Universidade Federal do ABC – UFABC. Curso Preparatório Popular. Curso pré-universitário. Inclusão.

## AS ÁREAS INDUSTRIAIS OCIOSAS NO GRANDE ABC NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS: O VELHO-NOVO (DES)CONHECIDO PROBLEMA

Gisele YAMAUCHI  
Andréa de Oliveira TOURINHO

O trabalho tem como objetivo apresentar a problemática das áreas industriais ociosas decorrentes do processo de reestruturação industrial na Região do Grande ABC nos últimos trinta anos. A análise proposta utiliza dados coletados, entre 2018 e 2019, na pesquisa de mestrado de uma das autoras do trabalho, que teve como tema a compreensão desse problema, a partir da identificação de cada uma das referidas áreas para dimensionamento da questão. Embora respostas tenham sido dadas ao problema, a problemática das áreas industriais ociosas permanece como parte da paisagem urbana e social, constituindo um grande desafio a ser enfrentado. A temática continua a suscitar questionamentos: Qual é a dimensão destas áreas ociosas no Grande ABC? Os atores envolvidos com a problemática no território conhecem a dimensão do problema? O estudo esboça as seguintes hipóteses: 1. A inexistência de levantamentos quantitativos e de informações específicas atuais sobre a dimensão dessas áreas nos referidos municípios compromete o entendimento amplo da dimensão do tema; 2. O fenômeno detectado se manifesta em duas fases: a) período entre 1989 e 2000, caracterizado pela existência de grandes áreas industriais ociosas predominantemente próximas à linha férrea e às rodovias; b) período entre 2001 e 2019, ampliação da problemática para pequenas e médias áreas no espaço urbano, de uso misto ou industriais; c) os atores da Região não conhecem a nova dimensão do problema. Isso posto, o objetivo do trabalho é abordar a temática sob a perspectiva ampla da região, buscando compreender e dimensionar a situação em que se desenvolve no território das sete cidades nos últimos trinta anos. Para o seu dimensionamento, procedeu-se à identificação das áreas ociosas em cada um dos sete municípios do Grande ABC. A análise proposta fundamenta-se em base de dados obtida a partir da seguinte metodologia: pesquisa empírica com base em levantamento online de áreas, antes industriais, disponíveis para locação e venda nas agências imobiliárias; identificação dessas áreas através das ferramentas digitais Google Earth, Google Maps e pesquisa de campo: investigação e observação nos locais identificados. Para aferir o nível de conhecimento da situação foram realizadas entrevistas, sobre o tema das áreas industriais ociosas, com atores da Região - Sindicatos, Consórcio Intermunicipal do ABC, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, funcionários das administrações municipais da Região. Os resultados encontrados demonstram que o problema, outrora conhecido, tornou-se desconhecido pelos atores e sofreu mutações. Por fim, o trabalho aponta a necessidade de estudos e discussões de soluções sobre a nova dimensão do problema, possibilitando a retomada do desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Reestruturação produtiva. Áreas industriais ociosas. Grande ABC. Gestão urbana. Economia regional.

## A IMPORTÂNCIA DO TEATRO NA CRIAÇÃO E FIXAÇÃO DE UM IMAGINÁRIO DO ABC PAULISTA – O CASO DO GRUPO TEATRAL PONTOS DE FIANDEIRAS

Adélia Maria Nicolete ABREU

No final dos anos 1970, o teatro regional voltou seus olhos para o entorno, em função do movimento operário. Alguns exemplos mais consagrados foram “Pensão Liberdade” e “Pesadelo”, trabalhos realizados pelo Grupo de Teatro Forja, dirigido por Tin Urbinatti em São Bernardo do Campo. Formado por operários da indústria automobilística, o grupo dedicou-se a investigar sua realidade e recriá-la coletivamente em cena. Em meados da década seguinte, “Cala boca já morreu”, de Luís Alberto de Abreu, dirigido por Ednaldo Freire em São Paulo, abordava a vida do migrante e do operário regional e, no final dos anos 1980, Solange Dias criava a dramaturgia de “Paranapiacaba, de onde se avista o mar”, encenada pela Escola Livre de Teatro de Santo André. No final dos anos 1990, foi a vez da encenação de “Nossa cidade”, na mesma ELT, criada em processo colaborativo sob a orientação de Luís Alberto de Abreu, que também assinou “Nosso cinema”, espetáculo produzido com vistas ao movimento de preservação do Cine Teatro Carlos Gomes de Santo André. Na década seguinte, durante a gestão do professor Luiz Roberto Alves na Secretaria de Cultura de Mauá, foi realizada a Ópera Terra Pilar, conjunto de espetáculos cujo objetivo era abordar a história da cidade desde suas origens. No mesmo período, o Teatro da Conspiração criava em processo colaborativo “Geração 80” – escrito por Adélia Nicolete e dirigido por Solange Dias - com vistas a pesquisar afetivamente a memória do ABC por meio de sua juventude. Anos depois, a Cia Estrela D’alva de Teatro, de Santo André, encenou “Hamlet S/A” que buscava traçar paralelos entre a peça shakespereana e o assassinato do ex-prefeito da cidade, Celso Daniel. Nos anos 2010, atrizes egressas da ELT formaram o Grupo Teatral Pontos de Fiandeiras cujo objetivo, além de abordar a temática regional, era debruçar-se sobre a participação das mulheres no desenvolvimento do ABC. Para tanto, foram criados dois espetáculos: “Ponto segredo” e “Ponto corrente”. O primeiro, criado em processo colaborativo, teve dramaturgia assinada por Adélia Nicolete e direção de Sérgio Pires. O tema foi a figura feminina na indústria e no povoamento regional, tomando como referência os estudos do sociólogo José de Souza Martins e focando as cidades de São Caetano do Sul, Santo André e Paranapiacaba. O segundo espetáculo, “Ponto corrente”, escrito por Adélia Nicolete e dirigido por Jé Oliveira, abordou a militância feminina durante a ditadura civil-militar brasileira e focou as cidades de Mauá, Ribeirão Pires e São Bernardo do Campo. Busca-se com a retrospectiva e com a análise dos trabalhos do Grupo Teatral Pontos de Fiandeiras, refletir sobre a importância do teatro e, por extensão, da Arte, na criação e na fixação do imaginário regional.

**Palavras-chave:** Dramaturgia. Teatro. Grande ABC. Escola Livre de Teatro. Grupo Teatral Pontos de Fiandeiras. Grupo de Teatro Forja. Teatro da Conspiração. Cia Estrela D’alva de Teatro.

## **COLETIVO SAL DA TERRA: RELATOS SOBRE AS AÇÕES NA PRESERVAÇÃO, BUSCA DE VALOR, SENTIDOS E SIGNIFICADOS PARA A "FÁBRICA DE SAL"**

João Paulo da SILVA

No ano de 2016, na eminência da doação, por parte da Prefeitura de Ribeirão Pires, do terreno que abriga o Centro Educacional Ibrahim Alves de Lima para a construção de um shopping center, artistas, associações em defesa do patrimônio, sindicatos, partidos políticos, dentre outras entidades, constituíram um movimento em defesa do patrimônio histórico e cultural, visando manter tanto o espaço conhecido como “Fábrica de Sal” e demais equipamentos (Escola Municipal e Biblioteca) como bens públicos, de acesso e fruição de toda a população. O Movimento pela Preservação da Fábrica de Sal viu nascer o “Coletivo Sal da Terra”, com suas ações pautadas na ocupação do Centro Educacional e no desenvolvimento de diversas atividades artístico-culturais, bem como em intervenções políticas realizadas em várias esferas. Essa frente de resistência propiciou o debate sobre a importância da preservação do patrimônio, discutiu seus sentidos e ofereceu propostas de usos e funções para o espaço, abandonado desde 2009, por uma contaminação do sal nas paredes e solo do edifício. As ações se deram em diversos campos de atuação como a Audiência Pública na Câmara Municipal, constituição de abaixo-assinado, aceleração do processo de análise do Tombamento pelo CONDEPHAAT e pautou a discussão da população tanto em relação à construção do shopping como na doação de áreas públicas à iniciativa privada. Como resultado, a Câmara Municipal votou contrária ao projeto e o CONDEPHAAT abriu o processo de estudo para o Tombamento, que foi concretizado no ano de 2018. Com a mudança de gestão, a Prefeitura enviou à Câmara, novo projeto de doação da área, agora para o SESI, com o intuito de que a entidade privada construísse uma nova unidade, ocupando o espaço da escola pública municipal já existente e da biblioteca e, como contrapartida, ficasse responsável pela restauração e uso do prédio tombado. Numa nova ação, o Coletivo Sal da Terra ingressou no Ministério Público solicitando o impedimento dessa doação, mantendo os prédios e o patrimônio de propriedade da Prefeitura e, conseqüentemente, como bem público. O Ministério Público instaurou um inquérito civil e, após o trânsito em julgado, considerou a doação ilegal, solicitando o cancelamento do projeto. De maneira a reconstituir os acontecimentos, a organização do movimento, suas atividades e implicações, o presente relato busca trazer para discussão as questões que surgiram a partir da atuação do Coletivo Sal da Terra e descrever seus desdobramentos, limites e impasses para uma nova relação com o patrimônio histórico. Ao reconstituir essas ações, o objetivo é demonstrar como a importância do patrimônio e sua conseqüente preservação foram incorporadas no debate pelos integrantes do Coletivo Sal da Terra, a partir das atribuições de valor e sentidos fomentadas no interior das ações do próprio Coletivo, pelo acesso e fruição do bem público.

**Palavras-chave:** Coletivo Sal da Terra. Fábrica de Sal. Patrimônio histórico.

## **TEATRO FORJA: A FORMA POLÍTICA DA PEÇA OPERÁRIA QUE EVIDENCIA O EXPEDIENTE DRAMÁTICO EM CRISE**

Marcio de CASTRO

Em maio de 1979 foi fundado no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema o Grupo Forja. Inicialmente surgiu com o fim da experiência cultural no Sindicato de outro grupo teatral, o Ferramenta, que atuou por apenas três anos. Tin Urbinatti, cientista social formado pela USP, ator, dramaturgo e diretor teatral foi convidado por Augusto Portugal, integrante do Ferramenta para formar um projeto de teatro que congregasse a classe trabalhadora. O início desta parceria foi a encenação rápida de O Contrato Coletivo de Trabalho, feito por integrantes do sindicato que discutiam a luta da entidade. A trajetória do grupo seguiu ininterrupta a partir de então. As obras mais conhecidas do grupo são os espetáculos Pensão Liberdade (1981) e Pesadelo (1982). As duas foram inicialmente pensadas para serem apresentadas em espaços fechados, nas sedes dos sindicatos, na sede do Fundo de Greve e em galpões de centros comunitários ou salões de igrejas. Mas além destas, uma série de outras peças foram encenadas: O Robô que virou Peão, Brasil S.A. e O Boi Constituinte, e as intervenções Operário em Construção, Greve de 80 e o Julgamento Popular da Lei de Segurança Nacional e Diretas Volver. Também realizou pequenas cenas de Teatro de Seminário, uma adaptação do conceito e obra do Teatro Invisível, de Augusto Boal, em que, durante reuniões no sindicato, o grupo intervia com discussões sem que todos os presentes soubessem, a não ser os diretores do sindicato. Em um primeiro momento, a exemplo da grande parte da produção teatral de esquerda brasileira do período, espera-se uma característica estética do Grupo Forja estreitamente ligada a uma linguagem combativa a exemplo do agitprop, o teatro épico brechtiano ou trabalhos guiados pelas premissas do frentismo cultural. Mas não é exatamente o que se configura, principalmente nas primeiras montagens – as mais emblemáticas do grupo – Pensão Liberdade e Pesadelo. O propósito desta reflexão é analisar como um teatro de esquerda surgido no seio do movimento sindical conduz a sua elaboração estética com características formais aliadas essencialmente ao drama, e como esta dramaticidade é atravessada por expedientes narrativos e épicos quando ela mesma não contempla a discussão trazida em cena para explicitar os problemas levantados pelos artistas operários. Buscaremos aqui na análise o rompimento de expedientes dramáticos em sua obra, não apenas para evidenciar a crise do drama, mas para demonstrar o quanto nas primeiras obras do grupo, mesmo ainda em sua formulação, já aparecem elementos que serão trabalhados em peças posteriores, pois, o tempo histórico convoca à urgência.

**Palavras-chave:** Teatro. Política. Sindicalismo. Cultura e poder. Teatro Forja.

## **Sessão 9 - 05/11/2021 – 14h**

## O PODER DA OPINIÃO PÚBLICA NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: A MANUTENÇÃO DA PRAÇA XXII DE NOVEMBRO E A RESISTÊNCIA DA FÁBRICA DE SAL

Jorge Santiago Carvalho SEQUEIRA

O presente artigo visa demonstrar como a sociedade civil pode proteger o patrimônio cultural, influenciando tomadores de decisão. Justifica-se, pois, o Poder Público às vezes age em desfavor desse tipo de bem. Analisamos ações que resultaram na manutenção da Praça XXII de Novembro (Mauá) e da “Fábrica de Sal” (Ribeirão Pires). Entendemos patrimônio cultural como o conjunto de bens “de natureza material e imaterial, [...] portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Art. 216 - CF/88). Sobre opinião pública, acreditamos que não é a opinião unânime, nem da maioria das pessoas. Conforme Cândido T. S. Andrade (Revista RAE, 1964), ela “consiste na tendência que resulta do embate de muitas opiniões divergentes”. Como explica Marcílio C. Duarte (CATP, 2015), o valor histórico do Moinho de Trigo Fratelli Maciotta / “Fábrica de Sal” se dá tanto para Ribeirão Pires quanto para o estado. A edificação de 122 anos se insere no contexto da imigração italiana, e é a única construção dos primeiros moinhos industriais em São Paulo que mantém estrutura arquitetônica original e conservada. Em 2016 o governo de Ribeirão Pires encaminha à Câmara projeto de lei para concessão do espaço à iniciativa privada para construção de um shopping no lugar do Moinho. A sociedade civil toma ciência do projeto pelo conselho de cultura da cidade e pelo Instituto do Patrimônio do ABC. Então, a opinião pública posiciona-se contrária à ação, por meio das redes sociais. Manifesta-se, também, presencialmente em sessões da Câmara. Pressionados, e diante da repercussão em mídia impressa e digital, os vereadores adiam a votação do projeto, que na sequência é retirado pelo governo. Em dezembro, o CONDEPHAAT Estadual aprova o tombamento, proibindo totalmente a demolição. A Praça XXII de Novembro, em Mauá, tem esse nome em alusão ao plebiscito que levou à emancipação da cidade. O tombamento, de 2003, buscou preservar o que restava da praça, que fora modificada para abrigar um terminal de ônibus. Em 2017, um vereador solicita que a praça seja renomeada para “Jornalista Roberto Marinho”, e a repercussão é imediata. Grupo de história divulga o fato, e memorialistas do ABC, além de descendentes dos emancipacionistas, realizam manifestações nas redes sociais. O vereador é oficiado pelo CONDEPHAAT Mauá. Além disso, o caso vira notícia no jornal Diário do Grande ABC. Assim, toda pressão popular faz com que o parlamentar se desculpe publicamente e desista de mudar o nome da praça, respeitando a memória relativa à formação daquele município. Observamos que a sociedade civil, por meio das redes sociais digitais, consegue provocar a opinião pública para o debate qualificado. Por meio da pressão popular, governantes desistiram de desconfigurar a história e a memória locais, o que evidencia o poder da opinião pública na preservação do patrimônio cultural.

**Palavras-chave:** Opinião pública. Patrimônio cultural. Poder público.

## AMA-A ABC: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA À DITADURA BRASILEIRA E DE LUTA POR REPARAÇÃO

Eliane Cristina da Silva NASCIMENTO  
Marilda Aparecida de MENEZES  
Sidney Jard da SILVA  
José Blanes SALA

Esta comunicação tem por objetivo apresentar resultados parciais de uma pesquisa em andamento, na Universidade Federal do ABC (UFABC), no âmbito do projeto “Direitos Humanos: dos fundamentos teóricos às tendências contemporâneas no nível local (cidades)”, que abrange entre suas temáticas de pesquisa a Memória, Violação e Reparação de Direitos Humanos na Ditadura Militar, neste caso, especificamente, a memória da categoria operária do ABC. O historiador português Luís Reis Torgal, que dedicou parte de sua trajetória acadêmica ao estudo de vários nuances do período do Estado Novo em Portugal, ao refletir sobre a questão da política da memória de regimes autoritários interroga-se: silenciar ou documentar? E, sua proposição é de que a memória não deve ser escondida, mesmo aquelas de tempos considerados obscuros, pois torná-la viva, é um ato de civismo, de ciência e divulgação científica. Nesta vertente, trabalhos com registros testemunhais têm ganhado relevância, e em um período no qual a democracia vem sendo desafiada, no Brasil e em vários países do mundo, consideramos que dar voz a estas narrativas assume não só uma função histórica, mas também social, educativa e de resistência. Portanto, é neste cenário que esta comunicação se insere e se fundamenta. O material empírico desta pesquisa consiste em entrevistas realizadas com operários e operárias vinculados à Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC (AMA-A ABC), cuja sede é no município de São Bernardo do Campo. Como o projeto está em andamento, serão selecionados para o corpus delimitado para esta comunicação, os testemunhos registrados ao longo do ano de 2019. Fundamentada nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso, em especial no referencial da pesquisadora Eni Puccinelli Orlandi, a análise apresentada ressaltará os sentidos que os testemunhos atribuem às experiências como anistiados, à militância na AMA-A ABC, e ao papel exercido por esta instituição na história da resistência e na luta por reparação. Como resultados esperados, esta pesquisa pretende agregar conhecimento sobre a região do Grande ABC, a partir de uma instituição – a AMA-A ABC – e de uma categoria – o movimento sindical dos metalúrgicos –, cujas atuações colocam a região do ABC Paulista em posição de protagonismo na resistência à ditadura brasileira e na luta por reparação às vítimas do regime, fato que outorga a estas duas instâncias o papel de promotoras de Direitos Humanos. Também busca contribuir com os estudos sobre entidades locais, atores que, conforme aponta a literatura acadêmica, têm sido relevantes em processos de formulação e implementação de políticas.

**Palavras-chave:** Memória operária. Reparação. Resistência à ditadura. AMA-A ABC. Direitos Humanos.

## O OFÍCIO DOS LÍNGUAS EM SANTO ANDRÉ DA BORDA DO CAMPO: DA INTERPRETAÇÃO À TRADUÇÃO

Damiana Rosa de OLIVEIRA

Ao longo da história, a comunicação entre diferentes povos foi sempre desafiadora. As línguas diferentes se interpunham como muralhas, dificultando este processo. Da necessidade de se comunicar, surge a figura do tradutor-intérprete para intermediar as diferenças e proporcionar que significados, ideias e pensamentos pudessem ser transmitidos sem fronteiras. Durante as Grandes Navegações, Portugal havia percebido que a comunicação com os povos nativos de suas colônias tornava a conquista eficiente. Por isso, tivemos aqui no Brasil, pessoas que assumiram a função de tradutores e intérpretes desde a chegada dos portugueses, desenvolvendo papel essencial na trajetória da colonização e da formação da língua portuguesa. Além disso, é possível afirmar que as comunidades indígenas que aqui viviam possuíam intérpretes para se comunicarem umas com as outras. O objetivo deste trabalho é apresentar, através de pesquisa bibliográfica e documental, um breve perfil de alguns dos tradutores e intérpretes pioneiros (conhecidos como “línguas” nos registros jesuítas) que atuaram em Santo André da Borda do Campo, Piratininga e São Vicente no início do período colonial, resgatando sua contribuição histórica. O “língua” era quem assumia a função de intermediar negociações mercantis, realizar expedições para as ordens religiosas, desenvolver a escrita da língua tupi para uso interno na missão e pregar em tupi-guarani através de discurso público. Entre eles estavam: Afonso Ribeiro, Antonio Rodrigues, Padre Gaspar Lourenço, entre outros. Pode-se destacar a atuação como “línguas” de João Ramalho, Bartira, André Ramalho e Anchieta. Bartira, por ser filha do cacique, pode ter sido a intermediária dos guaranis com os tamoios, e por isso, ter sido peça chave auxiliando João Ramalho. João Ramalho atua como língua em negociações mercantis e André Ramalho era o “língua” favorito do Padre Manuel da Nóbrega em suas expedições de catequização. Já Anchieta, cria um processo tradutório próprio, buscando símbolos correspondentes na língua tupi para as ideias cristãs de céu, inferno, pecado etc., fazendo com que a mensagem cristã chegasse para os índios de uma forma mais palatável, já que a cultura deles era muito diferente da portuguesa. Além disso, desenvolveu um trabalho como auto-tradutor das peças que escrevia em espanhol, português e tupi-guarani. Esta pesquisa justifica-se por termos tido pessoas que aprenderam o ofício de “língua” aqui e atuaram posteriormente também em outras áreas do Brasil, como é o caso de Gaspar Lourenço, destacando nossa região como de suma importância para os estudos da história da tradução no Brasil.

**Palavras-chave:** Tradução. Interpretação. Língua. Historiografia da tradução. Comunicação.

## HORTICULTURA URBANA EM SANTO ANDRÉ: RELATOS DE UM ESTUDO DE CASO

Camila Neves LANGE  
Bruna Moreira FREIRE  
Lucilena Rebelo MONTEIRO  
Bruno Lemos BATISTA

Atualmente, os benefícios da promoção da horticultura urbana é um assunto em pauta. Esta vem se expandindo e tornando-se uma notória alternativa de obtenção de alimentos frescos e não processados, de desenvolvimento sustentável, de geração de renda, fortalecendo a economia local, aumentando a promoção de saúde e as interações sociais. As modalidades de horticultura urbana incluem cultivo ao ar livre tais como doméstico, comunitário e comercial, cultivo em ambientes fechados como hidropônia e aquapônia, cultivos em estufas, em cobertura de prédios e cultivos verticais. No contexto do município de Santo André, muitas hortas urbanas localizam-se em terrenos cedidos em regime de comodato embaixo das torres de transmissão de energia, conhecidas como hortas de linhão, nas quais, em sua grande maioria, os alimentos produzidos são comercializados. Neste trabalho, foram relatadas as observações e resultados obtidos ao longo de um ano de estudo por meio de contato com alguns horticultores de linhão de Santo André e análises laboratoriais de amostras de solo, alface e compostos orgânicos coletadas em 6 hortas diferentes. Poucas HUs em Santo André possuem localizador em sites de pesquisa como Google e observou-se que não há um cadastramento ou uma relação delas de conhecimento público, dificultando a divulgação das mesmas. Foram selecionadas hortas em diferentes regiões do município, com distintos cenários de urbanização e tráfego veicular. Além disso, buscou-se selecionar hortas bem reconhecidas pelos moradores no entorno e que possuíssem pelo menos 3 anos de existência. Do ponto de vista dos horticultores, verificou-se que há uma demanda de maiores incentivos quanto ao acesso a água para irrigação, pontos de luz, acesso aos compostos de orgânicos de podas da prefeitura, divulgação das áreas, reconhecimento dos potenciais benefícios gerados ao município e orientações de manejo. Durante a coleta e por meio de interpretação dos resultados analíticos obtidos, verificou-se que há uma necessidade de orientação aos horticultores quanto a temas relacionados aos riscos associados a produção de alimentos expostos às fontes difusas de poluição atmosférica em meio urbano, qualidade do solo de cultivo, seleção dos locais de cultivo, qualidade da água e dos compostos orgânicos utilizados e por fim, de boas práticas de manejo e pós-colheita na luz da segurança alimentar. Vale salientar, que foi observada uma posição proativa e interessada de todos os horticultores incluídos neste estudo em absorver informações que possam ajudá-los a produzir alimentos de qualidade. Portanto, a região do Grande ABC pode ser beneficiada em diversas áreas por meio do incentivo a agricultura urbana.

**Palavras-chave:** Segurança alimentar. Meio ambiente. Saúde pública.

## CATAÇÃO: UM PROCESSO HISTÓRICO-PEDAGÓGICO NA GESTÃO AMBIENTAL URBANA

Marcos SCARPIONI

A pesquisa lança luz em um processo histórico dos fatos que contribuem para o desenvolvimento da gestão dos resíduos sólidos urbanos com a participação dos profissionais que coletam, separam e destinam os materiais descartados como “lixo”. Pois a problemática dos resíduos sólidos urbanos nos municípios da região do Grande ABC tem inquietado aos gestores públicos, técnicos e especialistas, ativistas ambientais, e ainda, a muitos leigos sobre o assunto em toda a sociedade civil. Em meio a um cenário de escassez de espaços físicos em aterros e o incremento constante na geração de resíduos, está um protagonista no processo de coleta e separação de materiais, reaproveitáveis ou recicláveis – os ditos “catadores”. Por pergunta principal temos: Existiria de fato uma pedagogia contestadora, emancipatória e inovadora para aqueles que exercem tal atividade nos municípios do grande ABC, gerando assim a “inclusão” e justiça ambiental? O objetivo geral deste trabalho é compreender como os “profissionais da coleta seletiva e reciclagem” ao ingressarem no processo de catação vão construindo, se apropriando do arcabouço teórico, discursivo, histórico sobre os processos de tratamento dos materiais coletados, separados e destinados de acordo com os instrumentos políticos jurídicos para sua emancipação socioeconômica, política, cultural, afinal, esta atividade não tem nenhum requisito prévio para seu exercício, apenas um impeditivo – o preconceito. Justificamos nossa pesquisa porque, embora, a política nacional de resíduos sólidos tenha quase uma década, no que tange aos coletores, separadores, catadores de resíduos, muito das diretrizes da política ainda não se concretizaram. Como referencial para este ensaio adotamos o pensamento de Bourdieu expressos no conceito de campo, *habitus*, poder simbólico e outras trocas simbólicas. Nossa pesquisa está caracterizada como pura quanto a sua natureza, descritiva por seus objetivos, qualitativa pela sua abordagem do problema, enfim, uma pesquisa de campo. Para tal reflexão servirmo-nos do método dialético, com as seguintes técnicas: a) levantamentos de documentos oficiais disponíveis em órgãos públicos e secretarias de meio ambiente das sete cidades; b) legislação ambiental específicas que tratam desta questão; c) entrevistas com roteiro semiestruturado com atores que gravitam, orbitam entorno desta problemática; d) resgate das ações pioneiras, vanguardistas efetivadas pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC, além das ações consolidadas do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis entre 2016-2019. Assim, nosso público-alvo são os atores sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental que estão envolvidos nesta temática e problemática dos resíduos sólidos urbanos. Ao término acreditamos ser possível responder significativamente a tais questionamentos.

**Palavras-chave:** Políticas socioambientais. Resíduos sólidos. Educação ambiental.



## **Sessão 10 - 12/11/2021 - 10h**

## ESCOLA ITINERANTE DE TEATRO E OUTROS PROJETOS ARTÍSTICO-PEDAGÓGICOS DA CIA. ESTRELA D'ALVA DE TEATRO

Lígia Helena de ALMEIDA  
Paulo Vitor GIRCYS

A Cia. Estrela D'Alva de Teatro atua há 15 anos na região do ABC Paulista e Grande São Paulo, tendo como sede a cidade de Santo André, e surgiu como resultado do processo de iniciação teatral do grupo de teatro estudantil, Teatro Singular. Esta ponte entre o teatro estudantil e o teatro de grupo influencia na atuação do grupo que sempre relacionou cultura e educação em seus processos, buscando uma interlocução com o espectador para além da apreciação do espetáculo. Além de seus espetáculos pautados na pesquisa de diversas literaturas, o grupo sempre esteve em relação com as Escolas Públicas Estaduais da Cidade de Santo André. Nos anos de 2005 a 2006 com a circulação em mais de vinte escolas do projeto Leituras Dramáticas nas Escolas, em 2007 com a circulação do projeto de mediação de obras literárias e apresentação dos espetáculos “A Hora da Estrela”, de Clarice Lispector e “Alberto Caeiro – Ele Mesmo”, do heterônimo de Fernando Pessoa. Ao longo dos últimos anos, a perspectiva formativa do grupo ampliou-se, e em 2018 esta relação com a escola se aprofundou a partir de um projeto mais direto de articulação com a comunidade escolar, a “Escola Itinerante de Teatro”, que tem como princípio a ideia de Teatro Comunitário, um teatro de caráter inclusivo, feito com “vizinhos” em diálogo (e não somente) com profissionais do teatro, sempre possibilitando a participação de qualquer pessoa, independentemente de idade, profissão ou prévio conhecimento artístico. Baseada no tema-eixo do lugar físico ou geográfico e na história dos que dele fazem parte, a proposta visa criar um material artístico que terá como principal objetivo o encontro criativo e o entendimento da identidade cultural local, e a criação de uma experiência que ajude a entender o passado comum, para habitar o presente e, a partir dele, criar o futuro. Durante um ano, por meio do projeto Territórios de Cultura, da Secretaria de Cultura, os atores da Cia. Estrela D'Alva fixaram residência na EE Amaral Wagner, no bairro do Bangú. Nesta experiência nasceu um desdobramento do teatro comunitário: a ideia de teatro comunitário escolar. Dado o contexto em que se situavam os alunos dessa escola, a discussão das turmas mergulhou no que se constituía como comunidade escolar, da relação entre as turmas regulares, entre os períodos letivos (manhã, tarde e noite), entre alunos e professores, coordenação e funcionários, pais e filhos, e estado/secretaria de educação e comunidade escolar. Assim, da escola, como espaço inicial de relação social, foi possível, discutir temas dos mais variados, como política, gênero, raça, educação e cultura. Desta forma a Cia. Estrela D'Alva de Teatro passa a integrar um meio de formação cultural em relação direta com a educação formal, desenvolver um processo artístico pedagógico que possa ir além da sala de aula, modificar os parâmetros das relações entre educação e cultura na cidade.

**Palavras-chave:** Teatro. Arte-educação. Escola pública. Teatro de grupo. Ação artístico pedagógica. Teatro comunitário escolar.

## HISTÓRIA DA TAMARUTACA

Elena Maria REZENDE

O núcleo habitacional Tamarutaca tem uma história de aproximadamente 50 anos, desde o Sítio Casa Grande que abrigava uma respeitável área verde, com plantações de agricultura (café e frutas) e um eucaliptal que sobreviveu até meados do ano 2.000. Entre os caseiros, o mais conhecido foi seu Guilherme, sua antiga casa sede do sítio ainda resiste, claro com muitas repartições e modificações. A área foi adquirida do antigo IAPI desapropriada pela Prefeitura, alguns depoimentos diziam que a própria Prefeitura faria um loteamento popular, mas antes mesmo deste esclarecimento, a própria população carente de moradia popular realizou por sua conta um novo assentamento urbano chamada Tamarutaca. Desde quando a Prefeitura reconheceu este direito de habitação urbanizada se passaram 30 anos e ainda existem pendências com promessas de realização em 2020. Os depoimentos colhidos dos moradores da Tamarutaca narram detalhes surpreendentes e de grande respeito pela luta por moradia e aguardam um documento que viabilizem seu título da terra através da regularização fundiária. Uma história típica desta 2ª maior favela da cidade de Santo André. A pesquisa em documentos oficiais e de registro dos moradores que causam muita saudade de tempos duros por falta de infraestrutura como saneamento básico e mais tranquilos na convivência. Ainda persistem muitos desafios, entre eles a condição de baixa renda e a violência urbana de uma localidade ainda estigmatizada e sem plena inclusão social como parte da cidade formal.

**Palavras-chave:** Tamarutaca. Moradia popular. Habitação de Interesse Social.

## **ESTAÇÕES E TRILHOS DA ESCOLA LIVRE DE TEATRO (ELT) DE SANTO ANDRÉ (SP) 1990-2000**

Vilma Campos dos Santos LEITE

Estações e Trilhos da Escola Livre de Teatro (ELT) de Santo André (1990- 2000) é uma tese de doutoramento defendida em 2011 no Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Nesse trabalho, a autora acompanha uma década na trajetória da escola de teatro, a ELT, procurando trazer à tona os modos de viver a formação e a criação teatral, bem como os diálogos realizados com seu tempo e lugar. Três eixos compõem as fontes: documentos escritos, imagens e entrevistas, sendo possível destacar as últimas que permitiram trabalhar a partir do conceito de memória, narrativa e experiência. O trabalho utiliza a analogia de um trem para conduzir o percurso e está dividido em três estações. A Primeira estação Paranapiacaba (1990-1992) trata do momento político e social presente na cidade de Santo André, que por meio de uma administração municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) institucionalizou uma escola de teatro, a ELT. Nessa estação, estão colocados os diálogos e os entraves com o movimento teatral ali posto, as estratégias para a composição da escola, a concepção, as experiências dos profissionais que foram trabalhar na ELT, destacando a criação e montagem de um espetáculo de nome homônimo à estação. A Segunda estação Capuava destaca a experiência vivida pelos estudantes do Núcleo de Formação do Ator, entre 1990-1992, seus processos criativos e os desdobramentos de suas práticas teatrais, no período de 1993- 1996, quando a ELT foi fechada em virtude da troca de legenda no governo municipal. A Terceira e última estação Santo André trata dos modos como foi vivido o retorno da ELT entre 1997-2000. Destaca, também, a gestação de um instrumento pedagógico, chamado processo colaborativo, que envolve principalmente os Núcleos de Dramaturgia e de Direção e que está em consonância com o fazer teatral da última década, do século XX, na cidade de São Paulo e para além dela. Dentre as transformações, a dissolução de um projeto cultural mais amplo no âmbito da formação artística do município, sem que necessariamente isso significasse um conformar-se à realidade dada. Das continuidades, o de uma apropriação do fazer criativo dentro da própria cena num “aprender a aprender” pela experiência e que a inexistência de curriculum prévio favorece. As experiências artísticas dos profissionais reverberam sem dicotomia com a pedagogia teatral. A ELT se insere, assim, numa genealogia de escolas que pensam a formação teatral, enquanto investigação e como reformulação no próprio fazer.

**Palavras-chave:** Escola de teatro. Formação teatral. História e teatro.

## PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE INTÉRPRETES EM CONSIGNA LIVRE: PRÁXIS E METODOLOGIAS EXPERIMENTADAS PELA ESCOLA LIVRE DE TEATRO DE SANTO ANDRÉ (ELT), NÚCLEO DE ARTES CÊNICAS (NAC) E SP ESCOLA DE TEATRO

Simone CARLETO

Apresento na pesquisa reflexão a respeito da formação de atores e atrizes em consigna livre, imbricando antecedentes histórico-conceituais à observação das práxis estético- político-pedagógicas de três instituições que oferecem cursos de atuação: Escola Livre de Teatro de Santo André (ELT), Núcleo de Artes Cênicas (NAC) e SP Escola de Teatro. Com base em pressupostos característicos da forma de produção coletivo-colaborativa do teatro de grupo e da atoralidade, no concernente à atitude criativa composicional da obra (configurando-se em experimento estético histórico-social), defendo a tese segundo a qual as metodologias experienciadas no processo formativo concernem ao modo como se considera a função social do teatro. Assim, ao estabelecer um campo de disputa simbólica, a arte contra-hegemônica intenta uma busca de alternativas e resistência, que cria novas formas de organização e relações sociais. Nesse sentido, evidenciam-se, na reflexão, as influências do teatro livre, político, agitpropista e do teatro épico para a criação dos estúdios e do sujeito histórico teatro de grupo, coligindo produção artística e formação cultural. No Brasil, a ascendência do livre verificou-se na produção teatral do chamado teatro da militância, principalmente, no Teatro de Arena, Teatro Paulista do Estudante e Teatro do Oprimido, entre outros. Já o esteticismo francês, impulsionou, entre outros, o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), do qual decorre o grupo Macunaíma e Centro de Pesquisas Teatrais (CPT), coordenados por Antunes Filho. Do CPT provém parte significativa da experiência artística do NAC. Do teatro e estúdios criados na transição da Rússia para a URSS por Meierhold, em contraponto ao sistema Stanislávski, veio o projeto modelar configurado por Maria Thais da ELT. Maria Thais inspira outras iniciativas, nas quais insere-se a SP Escola de Teatro, porém com projeto e metodologia diametralmente opostas. Referente à estruturação, as diferenças percebidas relacionam-se às formas de organização: as instituições oferecem cursos gratuitos, divididos em módulos, com base em consigna livre; NAC constitui-se de modo análogo às organizações pré-capitalistas, em que o trabalho realizado não produz lucro, tendo em vista a atuação profissional voluntária em espaços cedidos, sem aporte de verbas; SP Escola de Teatro postula inserção técnica no mercado teatral, com duas exuberantes sedes e profissionais contratados pelo governo do estado de São Paulo, via Associação Amigos da Praça; ELT ocupa o Teatro Municipal Conchita de Moraes, em condições precaríssimas, e os profissionais são contratados pelo governo municipal da cidade. Mesmo com as idiosincrasias presentes nas instituições, a produção e formação artísticas abarcadas pelo livre podem ser alternativas para se pensar modelos pedagógicos criativos, que propiciem descortinar outros cenários e um outro mundo possível.

**Palavras-chave:** Formação de atores e atrizes. Escolas livres. Criação coletivo-colaborativa. Pedagogia das artes cênicas.

## ORGANIZAÇÃO POPULAR: CONTRIBUIÇÕES NA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA - SP

Douglas Alves dos SANTOS

O presente trabalho faz parte de questionamentos e reflexões sobre a importância da organização popular na formação histórica do município de Diadema, no Estado de São Paulo. Seu objetivo busca conhecer a história da formação da cidade. A fundamentação teórica se deu através de pesquisa bibliográfica e documental em livros, revistas, sítios eletrônicos e documentos sobre a cidade de Diadema e sobre o tema da organização popular. Data de 1830 a formação do primeiro núcleo populacional e de 1922 e 1924 a instalação da Vila Conceição e de Eldorado, respectivamente. Diadema foi distrito de São Bernardo do Campo até a sua emancipação, no final da década de 1950. Em 18 de fevereiro de 1959, adquiriu autonomia político-administrativa. Também em 1959 realiza-se em Diadema a primeira eleição autônoma. Desde então o município desenvolveu em termos urbanos, econômicos e populacionais, notadamente pela instalação de indústrias de pequeno e médio porte e de estabelecimentos comerciais. Os incentivos fiscais oferecidos para essas empresas, de forma geral, e, mais especificamente, ao ramo automobilístico contribuíram para a absorção de grande parte da mão-de-obra do próprio município. Entre os anos de 1960-1980 a cidade teve um rápido e desordenado crescimento: favelas, ausência de saneamento básico, ruas e avenidas sem pavimentação e iluminação, compunham a paisagem de uma “cidade dormitório”. Em meados da década de 1970, cresce a organização popular na luta pela moradia, acesso a serviços públicos como saúde, educação, habitação, transporte e segurança. No início dos anos 80, são priorizados investimentos na melhoria das condições de vida dos moradores de Diadema, tratando das graves questões existentes (DIADEMA, 2009. p. 14). A questão da moradia estendida à condição da dignidade do lugar, enquanto parte do território, foi eixo de luta social no processo de urbanização da cidade (DIADEMA, 2009. p. 14). Essa luta contou com ampla participação popular, organizada através de Comissão de Moradores, Associações e representação em vários Conselhos de Direitos Deliberativos da Cidade. A partir do ano de 1983, inicia-se uma série de gestões democráticas e a participação popular no município tornaram-se exemplos e condições reforçadoras no processo de negociação das lutas sociais. Hoje, com autonomia político-administrativa, Diadema, compõe, com os demais municípios da região, o Grande ABCDMRR. Ocupa área de 30,8 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica (habitantes/km<sup>2</sup>) de 12.536,99 (IBGE, 2014). Sua população conta com aproximadamente 386.089 habitantes (IBGE: 2010), sendo 48,3% homens e 51,7% de mulheres. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é de 0,757. Em suma, Diadema, é uma cidade jovem, com autonomia político-administrativa datada de 1959. A cidade teve um rápido e desordenado crescimento e a participação da população no modelo de gestão democrático popular, contribuíram para o avanço das políticas sociais no município.

**Palavras-chave:** Organização popular. História. Diadema.

## **PROGRAMA ESCOLA AMIGA DO MEIO AMBIENTE, PLANTIO DE ÁRVORES NATIVAS DA MATA ATLÂNTICA, SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL E CUIDADO COM A NOSSA CIDADE**

Fabio PICARELLI  
Edilene Vieira FAZZA  
Daniela Victor da Silva FREIRE  
Carla Freitas AFFONSO  
João Aparecido MENDES  
Cleonice de Almeida PINTO  
Andréa MARTINS  
Karoline Ferreira dos SANTOS

O Programa Escola Amiga do Meio Ambiente foi construído por meio de parceria entre a Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação e SEMASA (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental). Com o intuito de plantar mudas de espécies nativas da Mata Atlântica ao longo das unidades escolares municipais, o programa foi dividido em cinco etapas: inscrição, vistoria técnica, capacitação com os professores, plantio com as crianças e vistoria pós plantio. Essas ações visam atender ao menos quatro dos dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo eles: a) assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; b) assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; c) tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis; d) proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. O objetivo desse programa foi pautado no plantio responsável de mudas na área urbana andreense, além de sensibilizar os participantes do programa quanto a importância da vegetação nativa, cuidados e demais manejos fundamentais para as espécies arbóreas. No desenvolvimento do projeto, foi possível constatar os benefícios que uma árvore ou lugares mais arborizados trazem para a população. A metodologia aplicada no programa considera dados quantitativos e qualitativos, denominado como método misto. O programa foi oferecido no cardápio de projetos da rede da educação, as escolas interessadas realizaram as inscrições, posteriormente foram realizadas vistorias técnicas nas unidades escolares, onde os técnicos do DMAV (Departamento de Manutenção de Áreas Verdes - SMSU) averiguaram a quantidade de mudas, o local do plantio e se realmente a escola comportava uma muda da Mata Atlântica. Em março de 2019 foi iniciado as capacitações com os professores, realizado pelas equipes da Secretaria de Meio Ambiente e GEMA (Gerência de Educação e Mobilização Ambiental – SEMASA), nesse mesmo mês iniciamos também o plantio, realizado pela equipe da SMA, todo esse processo foi realizado até junho de 2019. Como resultado do programa, ao longo de 08 meses de projeto realizado em 2019, foram atendidas 18 escolas municipais, sendo 08 creches e 10 EMEIEFs, foram plantadas 25 mudas de 16 espécies diferentes, 321 professores capacitados, número de crianças envolvidas passam de 8 mil alunos. Neste artigo contamos como foi essa experiência, dividindo os resultados quantitativos e qualitativos deste programa, destacando também as espécies e seus benefícios espalhados pela nossa cidade.

**Palavras-chave:** Educação ambiental. Mata Atlântica. Santo André. Escolas municipais.

## **TRABALHOS INSCRITOS E NÃO APRESENTADOS**

## A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A EMEIEF AUGUSTO BOAL: A PRÁTICA EDUCATIVA NA VALORIZAÇÃO E PERTENCIMENTO À ESCOLA E SUA COMUNIDADE

Eviane Fracaroli das NEVES  
Marco Alexandre Nonato CAVALCANTI

O intuito ao desenvolver este trabalho é reconhecer e valorizar a história e a memória da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) Augusto Boal, localizado no bairro Alzira Franco, em Santo André/SP, diante de sua realidade e dos seus primeiros dez anos de existência, no que se refere as práticas diferenciadas de ensino que não só reproduzem o conhecimento, mas que por meio de debates, oficinas, diálogos com a comunidade e trabalhos de campo, possibilitam práticas de estudos do meio e ainda explora os diversos conteúdos abordados no currículo escolar, com enfoque na Educação Patrimonial. Esse estudo é compreendido como um importante instrumento educacional, sendo considerada uma temática que demanda pesquisa de campo, bibliográfica, tratamento das fontes documentais da própria escola e a história oral de indivíduos que fazem parte da comunidade escolar e, portanto, um investimento de trabalhos individuais e coletivo, para entender as relações entre a escola e seu meio buscando uma leitura do espaço e do entendimento da importância de pertencimento. Diante do exposto, pensa-se na formação do professor/pesquisador sendo reforçada na importância da pesquisa no campo e sala de aula, como uma oportunidade para pôr em prática a observação sistemática, o colhimento e tratamento de informações estabelecendo a reflexão e construindo coletivamente novos conhecimentos. Também, por meio da prática do estudo do meio, existe a possibilidade de pensar questões relacionadas ao meio ambiente, relações sociais, ocupação urbana, serviços essenciais em contribuição à comunidade local, entre outros temas. Entretanto, o grande desafio é compor uma relação entre conhecimentos acadêmicos e empíricos, ao fazer uma relação entre a pesquisa ao ensino, no qual, para isso, tornou-se necessário a utilização de um o método de estudo do meio acrescido de outros recursos na tentativa de criar uma sensibilização à percepção e ao entendimento dessas ações e sua utilidade prática. Este trabalho se faz importante, pois traz contribuições relacionadas à Educação Patrimonial, considerando os aspectos sociais, primando pela compreensão da relação entre natureza e sociedade, sendo possível perceber a relação da escola com o meio estudado, e contribuindo para enriquecer o estudo sobre o bairro Alzira Franco, ao valorizar e reconhecer as potencialidades locais e propor soluções para as limitações da escola e da comunidade onde se localiza, fortalecendo a relação entre professores, alunos e a comunidade local, além da valorização da EMEIEF Augusto Boal, como parte fundamental da composição do bairro, em sua construção histórica.

**Palavras-chave:** Educação patrimonial. Educação. Prática educativa.

## A ESCRITA DA CIDADE PELOS OLHARES DE ESTUDANTES DO ABC

Márcia Plana Souza LOPES

Mauá, terra de operários, é assim que apresentamos este trabalho. Labuta de muitas mãos que lavraram a palavra em memórias e sensações, resultado do suor da escrita de gêneros textuais: poemas, memórias literárias, crônicas, documentários e artigos de opinião. Fez-se no coletivo em percurso pedagógico e escolar a escritura das antologias: Ouvir e contar história (2008), A vida escrita pelas mãos de crianças e jovens (2012), Texturas múltiplas (2014), Vidas Talhadas (2016) e Resistência: Arte & Produção (2019). Estas obras até a data presente demandam entrevistas, pesquisas e criatividade sobre o lugar onde se vive. São produções de estudantes da E.E. Olavo Hansen no trajeto de 2008 a 2019. Escrevemos na utopia de continuar com o processo pedagógico entre educadores, educandos e a cidade. Estes seres que observam, analisam e vivem a história de Mauá e do Grande ABC Paulista. Estas antologias compõem reflexões sociais e política do patrimônio material e imaterial, característica da cidade: morros, pedreiras, porcelana, parques, chácara, indústrias, transporte, brincadeiras, ruas, costumes, artistas entre outros temas. A produção despertou a curiosidade, senso crítico e um olhar investigador da espacialidade ambiental das práticas da vida social. Nesta perspectiva, os estudantes registraram a história inscrita no conhecimento das ciências humanas e linguísticas sob o incentivo da Olimpíada de Língua Portuguesa: Escrevendo o Futuro, projeto nacional do Centro de Estudos de Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) e a coordenação das professoras: Márcia Plana Souza Lopes, Claudia Valéria Petrucco de Souza, Cristiane de Jesus, Daniele Medeiros, Cristina Rezende, Lusinete Vasconcelos, Maria Celestina, Patrícia Carla Gonçalves, Suzana Ribeiro, Thais Correa Ferreira, Vanessa Castro e Vicência Vidal Leonard. É assim, que a E.E. Olavo Hansen entende a OLP, não como um concurso de produção textual, mas como proposta pedagógica de leitura de mundo e escrita, capaz de registrar em determinado tempo o olhar dos estudantes (crianças, adolescente e jovens) sobre a temática “o lugar em que vivo”. Valorizar os textos em publicação manual ou gráfica. Significa manter vivo o protagonismo dos estudantes da Educação Básica do Estado de São Paulo. Vale lembrar que em Texturas múltiplas o poema Morros de Mauá de Erivelton Omena Ferreira (11 anos) foi para a Final Nacional, representando a região sudeste do Brasil. O texto mostra concretamente com palavras o cotidiano e os morros da cidade. Os registros destes olhares tornam-se documentos: Memória pertencente à cidade de Mauá e à região do ABC. Em torno de 150 exemplares foram publicados para arquivar na Biblioteca da E. E. Olavo Hansen, na Diretoria de Ensino de Mauá. Participar do Consórcio do ABC Paulista indica compartilhar a memória e a cultural local com a comunidade e demais cidades, logo apresentam as produções textuais como aquilo que são: olhares de estudantes sobre “o lugar onde vive”.

**Palavras-chave:** Escrita. Memória. Estudantes. Gêneros textuais.

## A IMPORTÂNCIA DAS ESCOLAS TÉCNICAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO GRANDE ABC

Lucivânia Antônia da Silva PERICO

Após o declínio da economia baseada na cafeicultura, o Brasil passou a buscar alternativas econômicas. O êxodo rural promoveu o crescimento dos centros urbanos. No estado de São Paulo, o Grande ABC foi um dos principais berços do processo de industrialização. Para atender à demanda de mão-de-obra qualificada, surgiram os cursos de formação profissional nas escolas técnicas (Etec). Essas instituições buscaram atender às necessidades das multinacionais recém-instaladas nessas regiões, à população que precisava qualificar-se para trabalhar nas indústrias, e à visão vanguardista daqueles que acreditaram e empreenderam esforços para que a região fosse reconhecida como referência nesse campo e pudesse se desenvolver economicamente. Em 1935 iniciou suas atividades, no município de Santo André, a “Escola Industrial de Santo André”. No período entre 1943 e 1961, foram oferecidos os cursos Ordinários de Técnicos de Mestria Industrial, Estaduais de Nível de Mestria e Básicos Industriais, criados nas escolas subordinadas ao Ensino Industrial. Em 2008, no Governo de José Serra, recebeu o nome que carrega até hoje: Escola Técnica Estadual Júlio de Mesquita. No município vizinho, São Bernardo do Campo, nasceu por meio de convênio firmado em 11/06/1956, quando a região do ABCD foi escolhida pelas montadoras alemãs, americanas e suecas para a produção de automóveis, caminhões e ônibus, a “Escola Técnica Industrial de São Bernardo do Campo”, hoje conhecida como Escola Técnica Estadual Lauro Gomes. Em 08 de março de 1965 aconteceu a aula inaugural do curso de “Técnico de Construção de Máquinas e Motores”, posteriormente Técnico em Mecânica, aos 74 alunos matriculados. Em 06 de novembro de 1970, foram criados os Colégios Técnicos Industriais em vários municípios de São Paulo, dentre eles, São Caetano do Sul. Em 1975, o Colégio Técnico Industrial “Jorge Street” realizou a aula inaugural dos cursos técnico de Mecânica e Eletromecânica, matutino e noturno, e técnico de Instrumentação, somente no período noturno. Atualmente a instituição chama-se Escola Técnica Estadual Jorge Street. Nesses municípios, as Etec tiveram como foco a formação e qualificação de profissionais para atuarem nos polos industriais compostos por empresas multinacionais automobilísticas que se instalaram nas primeiras décadas do século XX. Alguns anos depois instalaram-se também as indústrias químicas, têxteis e eletroeletrônicas. Ao longo do tempo, os cursos ofertados foram sendo ampliados e adaptados para atender às demandas emergentes de acordo com as necessidades da região, baseadas no desenvolvimento das indústrias, na prestação de serviços, nas oportunidades na área de gestão, negócios e informática. É válido destacar que as Etecs foram incorporadas, em 1982, à autarquia Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A instituição é presente em 322 municípios, administra 223 Etecs e 73 Fatecs, com mais de 294 mil alunos.

**Palavras-chave:** Escolas técnicas. Grande ABC. Formação profissional.

## **CICPAA: PIONEIRISMO DO ABC NO COMBATE À POLUIÇÃO AMBIENTAL**

Antônio de ANDRADE

A CICPAA (Comissão Intermunicipal de Controle da Poluição das Águas e do Ar) teve origem na primeira metade da década de 1950, tendo por propósito enfrentar os primeiros sintomas de deterioração ambiental nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Em maio de 1955 a Prefeitura Municipal de Santo André, em conjunto com um grupo de representantes das indústrias instaladas no município, reuniram-se para discutir a preocupante degradação da qualidade das águas do Rio Tamanduateí. Surgiu das reuniões a proposta de criação de um laboratório especializado no assunto. No desenrolar das negociações o representante da Prefeitura de São Caetano do Sul propôs que, nos propósitos de atuação do novo órgão, constassem ações de combate e controle da poluição atmosférica. Em 27 de novembro de 1957 foi inaugurado aquele que seria o primeiro laboratório brasileiro especializado em análises químicas de águas poluídas. A seguir, em 16 de agosto de 1960, seria assinado um convênio entre as Prefeituras, Governo do Estado de São Paulo e as principais indústrias localizadas na Região dando origem oficial à CICPAA. Quando de sua criação foram definidas cinco subcomissões temáticas: controle da poluição da água; controle da poluição do ar; administração e finanças; fiscalização e divulgação educativa. No âmbito de ação desta última surgiria o Boletim CICPAA, primeiro órgão de comunicação, educação e divulgação de informações sobre o controle e preservação ambiental publicado no Brasil. No primeiro número foi apresentado um detalhado plano de trabalho para o ano de 1962. Pode-se constatar que o aporte das municipalidades seria de 65%, e o restante 35% foi assumido pelos 30 maiores estabelecimentos industriais instalados no então denominado ABC. Do total das verbas municipais Santo André participou com 40%, São Caetano com 33%, São Bernardo 20% e Mauá com 7%. Ainda em seu início a CICPAA ampliou seus objetivos ao iniciar estudos sobre soluções ambientalmente adequadas para a destinação do lixo doméstico, industrial e hospitalar. Convênios assinados com entidades internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), redundou em recursos para a ampliação e modernização do pioneiro laboratório e que, por doação de espaço apropriado pela Prefeitura de São Caetano do Sul, foi transferido para amplas e modernas instalações em 2 de abril de 1965. Em curto prazo a CICPAA transformou-se no mais bem aparelhado e respeitado órgão de controle ambiental existente na América Latina. Em 17 de abril de 1970 a comissão foi incorporada à estrutura do governo estadual, fato que redundaria no futuro no surgimento da CETESB. A presente comunicação propõe uma análise dos boletins publicados, destacando notícias, relatos e resultados de projetos específicos voltados à proteção do meio ambiente, com destaque para a memória da trajetória da mencionada Comissão.

**Palavras-chave:** Poluição. Meio ambiente. Grande ABC. CICPAA.

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS: ESTUDO DE CASO DO APL METALMECÂNICO DO GRANDE ABC

Filipe Rubim de Castro SOUZA

Este estudo visa a avaliar o projeto Arranjo Produtivo Local Metalmeccânico do Grande ABC como instrumento de promoção do desenvolvimento regional, analisando, entre 2004 e 2010, sua condução por parte dos atores envolvidos e a extensão e eficácia de seus resultados, bem como a coerência destes com a proposta inicial. Mais especificamente, este trabalho teve como objetivos: verificar o nível de institucionalização da governança do projeto APL Metalmeccânico do Grande ABC e a dinâmica entre os atores: prefeituras, instituições regionais, empresariado, entre outros; extrair experiências e insights que sejam relevantes para o debate acadêmico sobre a contribuição de instrumentos como APLs para um projeto de desenvolvimento regional sustentável e de mobilização produtiva do território (para além de um enfoque meramente neointustrial). O método científico desta dissertação reuniu pesquisa bibliográfica sobre a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, da literatura internacional acerca do reescalonamento do Estado e da ascensão do novo regionalismo, com ênfase ao protagonismo da cidade-região como novo paradigma territorial. Procura-se situar o objeto de estudo também em seu aspecto econômico, aprofundando as teorias da regulação e da especialização flexível, para as quais a escala paradigmática do capitalismo dá-se nos distritos industriais. A partir da análise dos distritos industriais italianos – apontados com *cases* de sucesso em seus processos endógenos de desenvolvimento, alicerçados no “saber-fazer” local e no “capital social” do território –, são contrapostos os enfoques teóricos distintos que marcaram o debate sobre os arranjos produtivos locais no Brasil. Somado ao estudo bibliográfico, construiu-se um estudo empírico do Arranjo Produtivo Local Metalmeccânico do Grande ABC, tendo como seção inicial um mapeamento com base em informações da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/CAGED. Além disso, foi realizada uma análise de documentos da Agência de Desenvolvimento Econômico e do SEBRAE, juntamente com as informações presentes em depoimentos de atores-chave que vivenciaram o projeto em diferentes momentos. A partir do caso observado, foi possível identificar oportunidades e ameaças para o empreendimento de políticas de desenvolvimento regional. A perseguir: oportunidades de inovação institucional, de mobilização produtiva do território, de ampliação do escopo de negociação entre os sujeitos produtivos, de pesquisa e intercâmbio com outros projetos, de ampliação de relações generativas e reinserção econômica no capitalismo globalizado e de (re)integração do Arranjo Produtivo Local Metalmeccânico do Grande ABC com cadeias globais de produção. A evitar: ameaças do cenário de jogo de soma zero; o municipalismo autárquico; o desperdício de recursos técnicos, humanos e operacionais; e a falta de visão estratégica com manutenção do subdesenvolvimento.

**Palavras-chave:** Grande ABC. Desenvolvimento regional. Arranjo Produtivo Local.

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FORMAÇÃO DOCENTE: UM ESTUDO SOBRE AS CONCEPÇÕES DE PROFESSORES EM DIADEMA, SÃO PAULO

Everton VIESBA-GARCIA  
Clemil CAMELO  
Marilena ROSALEN

O presente trabalho apresenta e discute as concepções de professores de 5 escolas estaduais do município de Diadema – SP em relação a Educação Ambiental (EA). A EA apresenta diferentes e variadas concepções e correntes, polarizando-se entre uma mais tradicional e outra mais contemporânea. A relevância dessa temática justifica-se na ideia de que a EA está majoritariamente relacionada ao Ensino de Ciências na educação básica, indo na contramão do previsto na Lei 9.795/99 que determina que a EA seja trabalhada de forma interdisciplinar. Reconhece-se a EA como um campo necessário para todo o processo educativo por contribuir que a formação ocorra de forma ampla e interdisciplinar, se tornando um fator determinante para amenizar os problemas que o ser humano vem causando no meio em que vive, sua promoção no ensino busca promover a sensibilização, informação e conscientização do ser humano para que haja de forma consciente, crítica e reflexiva, hoje e no futuro. A pesquisa realizada baseia-se numa iniciação científica desenvolvida no âmbito do Observatório de Educação e Sustentabilidade da Unifesp e do Programa de Extensão Universitária “Escolas Sustentáveis”, cujo projeto denomina-se “Práticas Pedagógicas de Ciências, Português e Matemática em Educação Ambiental” financiado pelo CNPq entre 2018-2018. Este trabalho apresenta a exploração de um recorte dos frutos desta pesquisa. Adotou-se como metodologia um enfoque qualitativo/interpretativo em um estudo de campo. Os dados foram produzidos a partir de respostas escritas por meio de um questionário para os professores de ciências, matemática e português. Participaram da pesquisa 30 professores que puderam exprimir, por meio de questionário, as concepções que possuem sobre a EA, Meio Ambiente e Sustentabilidade e se abordam a temática em sala de aula e nos casos positivos quais estratégias utilizam para aplicar esta temática junto aos estudantes. Os resultados mostram que os professores possuem concepções de EA que se aproximam das correntes de visão naturalista e conservacionista, supervalorizando entendimentos de conservação do meio ambiente com foco na manutenção de bens e serviços para sobrevivência do ser humano. Constatou-se que as ações em EA estão inseridas diretamente na disciplina de ciências, além disso, foi possível identificar que a EA, quando é abordada, não é trabalhada de forma interdisciplinar como proposto pela Política Nacional de Educação Ambiental, e quando não acontece durante as aulas de ciências, ocorre como projeto pontual promovido pela gestão da escola ou pelos próprios professores de ciências. Sendo assim espera-se que a pesquisa contribua no campo de formação inicial e continuada de professores em todos os campos da ciência, bem como os dados possam servir de subsídios à formulação de práticas, ações e projetos nas escolas estudadas e em outras para que a EA caminhe para seu desenvolvimento pleno e integral nas instituições de ensino, rumo às Escolas Sustentáveis.

**Palavras-chave:** Escolas sustentáveis. Educação ambiental. Formação docente.

## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EJA: INSTRUMENTO PARA A DISCUSSÃO SOBRE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Marco Alexandre Nonato CAVALCANTI

O presente trabalho se refere à pesquisa de mestrado que abordou a análise de patrimônio como representação cultural, uma construção simbólica de evocação de memórias coletivas e sociais para afirmação de identidades de povos, num estudo de matriz crítica, analisando as disputas de classes na interlocução da história. Como metodologia houve uma pesquisa bibliográfica sobre patrimônio cultural e memória em que ocorreu uma reflexão sobre o conceito significativo e contextualizado de patrimônio e as disputas de memórias, observadas como conflitos e embates sociais. Essa pesquisa se desenvolveu em continuidade ao estudo teórico, com a realização de uma aproximação a um território, com uma abordagem social, cultural e econômica do local, observando as evidências da história - memória desse espaço, contextualizando o conceito de disputas de memórias e como consequência a ausência de reconhecimento de determinados grupos em bens tombados dentro de uma sociedade. Nesse eixo da pesquisa houve análise documental sobre os patrimônios culturais do território em estudo, numa reflexão alinhada aos documentos de abrangência nacional e com a temática em observação. Como condição de elucidar possibilidades de superação dessa situação, a pesquisa aborda um conceito de Educação Patrimonial e enquanto estudo documental se aproxima da proposta curricular de História da modalidade Educação de Jovens e Adultos de São Bernardo do Campo - SP, observando os limites e as possibilidades do estudo de história na perspectiva da memória individual e coletiva. Com essa contextualização o estudo objetiva analisar as disputas de organização e tratamento das memórias coletivas num território, por meio da análise dos patrimônios culturais, observando as forças de poder, além disso, propõe uma reflexão sobre Educação Patrimonial, como possibilidade de resistências às forças hegemônicas de afirmação de memória de grupos, numa perspectiva de provocar reflexão para lutas e afirmação de identidades coletivas. Como resultado, foi verificado que o trabalho com Educação Patrimonial traz consigo um conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento local, sendo que a partir da memória e da cultura local que os indivíduos passam a se sentir pertencentes a essa comunidade, em um processo de construção de uma memória coletiva, gerando um processo de reconhecimento, de autoestima e de consciência dentro dessa comunidade. Assim, o processo de valorização de patrimônio cultural com a Educação de Jovens e Adultos em São Bernardo do Campo - SP, serviu como um indutor dos processos de discussões e reflexões e a possibilidade de um desenvolvimento além do consumo e do capital, mas que leva em consideração a memória local e as histórias de vida dos indivíduos que compõem esse espaço.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural. Memória. Educação patrimonial.

## **ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FORMAS DE DETERIORAÇÃO DOS MONUMENTOS PÉTREOS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ (SP)**

Ana Carolina Sanches de SOUZA

Este trabalho aborda o estado de conservação dos monumentos pétreos da cidade de Santo André (SP). Foram analisados onze monumentos: Presidente Kennedy, Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes, Alcides Gonçalves (Gaúcho), João Ramalho, Oswaldo de Carvalho Cruz Júnior, Senador Fláquer, Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, Setenta Anos da Imigração Japonesa no Brasil, Centenário da Independência do Brasil, Monumento aos Engenheiros e Arquitetos do ABC, e Monumento à Indústria (Minerva). Guiado pela inventariação de Santos (2010), o estudo incluiu a descrição petrográfica das rochas ornamentais, sua procedência e estado de deterioração. A maior parte dos monumentos é constituída por granitoides, sobretudo pelo Granito Cinza Mauá. Todos os monumentos se localizam a céu aberto e estão sujeitos à deterioração advinda de intemperismo, poluição atmosférica e interação com organismos vivos. Detectaram-se formas de deterioração do tipo fenda, bolha, delaminação, fragmentação, destacamento pelicular, erosão, lacuna, perfuração, depósito, alteração cromática, eflorescência, incrustação, pátina, sujidade e colonização biológica. Ademais, os monumentos são passíveis de vandalismo, sobretudo pichação e danos de origem mecânica, o que intensifica a degradação do patrimônio da cidade.

**Palavras-chave:** Geopatrimônio. Deterioração da pedra. Monumentos.

## MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL: A TRIBUNA METALÚRGICA NAS GREVES DO ABC PAULISTA

Cristine Gleria VECCHI  
Barbara HELLER

Com a crescente industrialização intensificada em 1950 por Juscelino Kubitschek, foram instaladas grandes montadoras automobilísticas multinacionais na região do ABC Paulista. Com isso, cresceu também a quantidade de trabalhadores que, na década de 1970, voltaram a se mobilizar mesmo com as ações da ditadura militar que proibia e coibia esse tipo de manifestação, seja por meio de leis ou pelo uso da força policial. Nesse contexto, surgiram jornais para informar a categoria sobre as lutas por melhores condições de remuneração e trabalho. Assim foi criada a Tribuna Metalúrgica (TM) em julho de 1971, pelo então Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema. “O jornal TM representava uma iniciativa que não visava apenas atingir os metalúrgicos. Revelava uma estratégia: a veiculação das ‘vozes operárias’, o desejo de que participassem efetivamente do sindicato” (PARANHOS, 1999, p. 29). Para entender o papel mobilizador da TM e ouvir o que os produtores/distribuidores do jornal têm a dizer sobre esse período de grande movimentação operária (1978/1985 - “novo sindicalismo”), utilizamos em nossa tese de doutorado em andamento o método da história oral, para permitir que nossos entrevistados encontrem “[...] espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob diferentes circunstâncias” (MEIHY, 1996, p. 9). Isso porque, trata-se de uma metodologia que se utiliza de entrevistas com pessoas que testemunharam acontecimentos de interesse do estudo do pesquisador. Portanto, a utilizamos para compreender “com plenitude um outro que, [...] sem esta história oral, estaria fadado a não ter uma experiência compartilhada” (GARRET, 1967, p. 18). Partimos do pressuposto de que a memória é coletiva, construída a partir da relação do sujeito com os diferentes grupos presentes na sociedade (HALBWACHS, 2003). Realizamos até o momento 11 entrevistas com o auxílio da estrutura técnica do Laboratório HiperMídias da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Essas, compõem o acervo HiperMemo de memórias do ABC, administrado pelo Laboratório HiperMídias da USCS e coordenado pela Profa Dra. Priscila F. Perazzo. A ação faz parte do convênio entre os PPGCom da Universidade Paulista (Unip), onde desenvolvemos o doutorado, e da USCS, que oferece apoio técnico-metodológico.

**Palavras-chave:** Memória. História oral. Jornal sindical.

## **MEMÓRIAS DO CINE TANGARÁ E SUAS TRANSFORMAÇÕES NA CULTURA ANDREENSE**

Letícia Polli Ferreira de LIMA

Desenvolvido no Núcleo Memórias do ABC – USCS, a temática surge ao considerar os variados aspectos da arte, cultura e seus impactos sociais e econômicos na sociedade brasileira, em específico na Região do Grande ABC, notando que o cinema está sempre presente na memória local. Durante a segunda metade do século XX, grandes salas de cinema foram importantes espaços de projeção nas cidades. Uma dessas salas é a do cinema Tangará, em Santo André, inaugurada em 1950, e que exerceu o fascínio do cinema sobre gerações de andreensenses, notabilizando sua importância em relação aos outros cinemas da cidade desde a sua inauguração, até sua decadência nos anos 1990. Foram tantas as pessoas que frequentaram o cinema que a memória do Tangará pode ser evocada e sua história lembrada a partir dos relatos orais das pessoas que por ali passaram. Dessa forma, um estudo sobre o Cine Tangará é oportunidade de compreensão de aspectos e avanços sociais e tecnológicos relacionados a essa arte, bem como a recuperação e reconstrução dos hábitos culturais de uma cidade como Santo André. Voltando-se para o estudo da memória social, considerando-se as experiências de gerações de andreensenses com a cultura e arte local, pergunta-se: Quais mudanças ocorreram no Cinema Tangará que permitam compreender as transformações que levaram ao desaparecimento de grandes salas de cinema nas cidades? O objetivo dessa pesquisa é identificar as mudanças pelas quais o cinema Tangará passou na segunda metade do século XX, em Santo André, considerando-se as transformações que levam ao desaparecimento de grandes salas de cinema nas cidades, ao final do século XX. O Tangará representou o desenvolvimento da arte e da cultura cotidiana em Santo André. Hábitos da frequência do público nos cinemas nesse período, filmes projetados, espaços de sociabilidade, condições tecnológicas e transformações das salas podem ser identificados a partir do estudo da memória do Tangará. A memória social possibilita a compreensão de muitas dessas transformações sociais no cotidiano das cidades e no desenvolvimento da arte cinematográfica. A metodologia utilizada para essa pesquisa foi: 1) Bibliografia sobre o cinema como campo econômico, espaço cinematográfico e transformação de salas. 2) Entrevistas com frequentadores do cinema nos moldes das Narrativas Oraís de Histórias de Vida. 3) Reportagens do jornal Diário do Grande ABC. 4) Relatos de histórias de vida de pessoas que têm lembranças sobre o Tangará, arquivados no HiperMemo – Acervo de Memórias da USCS. As impressões relatadas permitiram a identificação de conceitos e valores desenvolvidos no decorrer desse período. Algumas categorias de análise foram identificadas como: espaço de sociabilidade; mudanças tecnológicas; advento de salas em shopping centers; filmes estrangeiros; filmes nacionais; popularização. Tais categorias estão sendo aplicadas aos discursos das fontes (relatos e documentos).

**Palavras-chave:** Cinema. Santo André. Cine Tangará. Memória.

## MEMÓRIAS IMAGINÁRIAS

Ana Paula PATRONE

“Memórias imaginárias” é um conjunto de ilustrações e curtas narrativas cotidianas sobre fatos que poderiam ter acontecido em torno de um edifício fabril no decorrer de seus 120 anos de existência. O edifício em questão e que foi o disparador criativo para o trabalho é o “Moinho Fratelli Maciotta” localizado em Ribeirão Pires, popularmente conhecido como “Fábrica de Sal” e recentemente tombado pelo CONDEPHAAT. O processo de coleta e cruzamento de informações históricas, memórias individuais e coletivas, imagens e percepções pessoais sobre o lugar estabeleceu as referências para composição e organização das narrativas e ilustrações. As primeiras ilustrações foram criadas a partir de croquis e de percepções do espaço, relatos de trabalhadores e familiares que tiveram relação com a “Fábrica de Sal” e textos elaborados em um ateliê de escrita criativa desenvolvido no local durante uma Ocupação Cultural realizada em 2016. Em seguida foi feito um levantamento de registros históricos e de material audiovisual que associados às primeiras ilustrações alimentaram a composição de narrativas e conseqüentemente a composição de novas ilustrações. A pesquisa histórica foi organizada por períodos relacionados aos usos e ocupações do lugar, ainda que estes não tenham ocorrido de forma contínua. Foi realizada a seleção de fatos que ocorreram no edifício, na cidade, no país e no mundo, e que de alguma forma contribuíram para o quebra-cabeças que inspirou a composição das ilustrações e narrativas das memórias imaginárias. Desde sua interdição em 2009, o edifício da Fábrica de Sal levantou muitas discussões sobre seu destino, assim como já havia ocorrido no período de 1996 a 2001 e que culminou em sua desapropriação. A falta de manutenção por parte da municipalidade e as dificuldades em lidar com a contaminação por sal no terreno, contribuíram para que a edificação fosse transformada em um “volume” abandonado em meio ao percurso cotidiano das centenas de pessoas que ali passam diariamente, indo e vindo, entre bairro e centro. Foram muitos os nomes e usos desde o nascimento do projeto como moinho de trigo em 1898 até chegar ao Complexo Educacional Ibrahim Alves de Lima, resultado do premiado projeto de reconversão de uso pelo escritório Perrone e Associados, entregue à população no ano de 2004. Desde então, o edifício original passou a ser conhecido como Edifício Dom Helder Câmara e recebeu como vizinhas mais duas construções; a escola de ensino fundamental, “Lavinia de Figueiredo Arnoni” e a Secretaria de Educação, que posteriormente viria a sediar a Biblioteca Municipal “Olavo Bilac”, todos em torno da nova praça, “Celso Daniel”. Como atividade posterior a uma ocupação cultural, a intenção deste trabalho é sugerir que uma apropriação do patrimônio cultural, ainda que não seja possível seguir fisicamente, possa se dar de forma alternativa pela evocação da memória e por via da arte.

**Palavras-chave:** Memória. Narrativa. Ilustração. Patrimônio cultural. Fábrica de Sal.

## PATRIMÔNIO CULTURAL: ENTRE OS VALORES SOCIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Marcelo de PAIVA

Nos últimos anos, o caso da Fábrica de Sal, em Ribeirão Pires tem sido palco privilegiado para se observar a íntima relação entre memória e os significados de certos lugares da cidade para a sociedade local. O caso também revelou conflitos e disputas locais que acabam por opor população local e governantes, cidadãos e poder público, influenciadas por interesses econômicos, que só tem contribuído para adiar a implementação de uma política de preservação do patrimônio cultural na cidade bem estruturada, perene e a serviço dos habitantes da cidade. De espaço de trabalho a equipamento público voltado sobretudo a crianças e adolescentes, a Fábrica de Sal e seu entorno (composto pela Biblioteca Olavo Bilac, pela Escola Municipal Lavínia de Figueiredo Arnoni e a praça que une os três imóveis) foi sendo coberta e recoberta de memórias sedimentando sobre ela valores afetivos que levaram setores da comunidade local a defendê-la com seus próprios corpos, como expresso no caso da ocupação cultural do auto-denominado Coletivo Sal da Terra, no ano de 2016. Do outro, sucessivos governos que têm ocupado a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, há anos vem tentando converter o valor econômico do imóvel, localizado na região central da cidade, em capital político junto a instituições e empresas privadas à revelia dos anseios da população local e da saúde dos cofres públicos. A ausência de um serviço de preservação patrimonial municipal, bem como o perfil não representativo do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural e Natural de Ribeirão Pires (CMDPCN) fizeram o caso extrapolar para a esfera estadual mobilizando não só grupos de outros municípios do ABC como também estudantes e especialistas de diversas universidades do estado de São Paulo a apoiar o tombamento da Fábrica de Sal pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (CONDEPAAT) do Estado de São Paulo. Desse modo, impedidos por reações de setores vigilantes da comunidade local, prefeitos e vereadores tiveram malogradas as suas tentativas de transferir o imóvel para a iniciativa privada em função da própria legislação que regula o instrumento de proteção oficial por tombamento. Recai assim à Prefeitura, proprietária do imóvel, reverter a condição de abandono e degradação do bem cultural em questão. Assim, também na região do Grande ABC Paulista, o patrimônio cultural tornou-se um campo de tensões e conflitos em que entraram em jogo valores sociais, econômicos, afetivos e utilitários. De qualquer modo, a cidade de Ribeirão Pires, ainda que possa ostentar a marca de três bens tombados em nível estadual – A Igreja do Pilar, a estação ferroviária e a Fábrica de Sal – ecoa um quadro comum a todo o Grande ABC Paulista, cuja memória da redemocratização, ainda se defronta com a necessidade urgente de se reconhecer a participação social como um direito.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural. Memória. Ribeirão Pires. Políticas públicas.

## REFERENCIAIS IDENTITÁRIOS DE SÃO CAETANO DO SUL: REPRESENTAÇÕES, NARRATIVAS MEMORIALÍSTICAS E LUGARES (1948-1957)

Cristina Toledo de CARVALHO

São Caetano do Sul, município integrante do chamado Grande ABC paulista, desperta atenção pelas estatísticas que denotam o bom nível de qualidade de vida de sua população. Desde 1991, a cidade vem apresentando crescimento em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Município autônomo desde 1948 (por ocasião da emancipação político-administrativa obtida frente à urbe de Santo André, à qual estava subordinado desde 1939) e com uma dinâmica econômica articulada ao processo de desenvolvimento da região, revelando percentuais crescentes de industrialização a partir da primeira metade do século passado, São Caetano, no final da década de 1980, já ocupava lugar de destaque em relação aos demais núcleos citadinos do ABC. Em vista disso, ganhou relevo uma gama de enunciados imagéticos e discursivos que contribuiu para a difusão de representações enaltecidas do poderio econômico da localidade. Assim, expressões como “cidade mais desenvolvida do país” e “cidade de primeiro mundo” emergiram para representar o processo vitorioso de constituição de São Caetano do Sul. Em estreito diálogo com o referido processo, a imagem de uma cidade grandiosa e pujante foi construída ao longo do século 20, projetando perspectivas de passado e futuro e salientando o sucesso do município, sob a tutela de uma memória triunfalista. Centrada na figura dos imigrantes italianos e produzida em 1927, ano do cinquentenário de sua chegada ao então Núcleo Colonial de São Caetano (formado nas terras da antiga fazenda de mesmo nome, que pertencera à comunidade beneditina de São Paulo), tal memória dominou as representações sobre o passado da localidade até meados da década de 1950. Nesse período, outras interpretações começaram a surgir como contraponto aos discursos atinentes àquela memória triunfalista, criando condição para o desenvolvimento de uma historiografia local, que fora inaugurada, em 1957, pela obra São Caetano do Sul em IV Séculos de História, de José de Souza Martins, intelectual que se consagraria, posteriormente, no universo acadêmico. Com base em um conjunto documental diversificado, no qual se destacam edições do Jornal de São Caetano (uma das fontes responsáveis pela produção e disseminação da imagem da São Caetano da pujança e do desenvolvimento), este trabalho propõe reflexões sobre alguns referenciais identitários sul-são-caetanenses, eleitos entre representações, narrativas memorialísticas e lugares.

**Palavras-chave:** São Caetano do Sul. Representações. Narrativas. Memória.

## **SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS COMO DIRETRIZ PARA A PROPOSIÇÃO DE VALORAÇÃO ECONÔMICA-AMBIENTAL E OUTRAS AÇÕES CONSERVACIONISTAS PARA A REGIÃO DE PARANAPIACABA, PARQUE ANDREENSE E PEDROSO, SANTO ANDRÉ/SP**

Carolina ESTÉFANO  
Edilene Viera FAZZA  
Zysman NEIMAN  
Luiz Afonso Vaz de FIGUEIREDO

A macrozona de Proteção Ambiental abrange 61,9% do território do município de Santo André/São Paulo; conhecida como Região de Paranapiacaba, Parque Andreense e Parque do Pedroso, trata-se de 107,93 km<sup>2</sup> que preservam o bioma Mata Atlântica, rico em biodiversidade, corpos d'água e áreas de ecoturismo, apresentando inúmeros benefícios ao ser humano, garantindo saúde e qualidade de vida, denominados como Serviços Ecosistêmicos - SEs. A regulação do clima, a oferta de matéria-prima para a indústria, potenciais fármacos extraídos da flora e da fauna, a produção de água, além do valor de existência dos recursos naturais, compõe os Serviços Ambientais – SAs, com ações humanas para a proteção dos SEs. Nesse contexto, o estudo objetivou analisar as políticas públicas sob a perspectiva dos processos de gestão integrada para a governança dos SEs e SAs. A metodologia foi a Análise Documental Descritiva, com síntese dos dados considerando fundamentos socioambientais, diretrizes da sustentabilidade e princípios jurídicos, destacando os fatos e evidências. Foram etapas da pesquisa: apontar os SEs/SAs; identificar conflitos existentes entre os SEs/SAs e os vetores de pressão; análise de políticas públicas internacionais, nacionais, estaduais, municipais e locais que abrangem e garantem a perpetuação dos SEs/SAs, para indicar ações de conservação ambiental, com destaque para a Valoração Econômica-Ambiental. Ao expressar o valor dos SEs em unidades monetárias, aumenta-se a conscientização dos tomadores de decisão e formuladores de políticas, ao mostrar a relevância da biodiversidade. Para constatar quanto vale as áreas preservadas do município, recomenda-se ao poder público local a contratação de consultoria especializada, para a valoração das potencialidades financeiras-ambientais relacionados ao custo de oportunidade. Alguns municípios brasileiros valoram os SAs de forma muito simples, considerando o valor de um fundo específico ou fonte de recurso, dividido pela área e diluído ao longo do tempo do projeto; esse método não é fidedigno; entretanto, é aplicado em projetos de Pagamento por Serviços Ambientais-PSAs. Verificou-se que o poder público andreense promoveu e manteve presença constante na região, pautada na governança. Porém, lacunas existem, como a descontinuidade de políticas e ações, além da inexistência de leis mais específicas. As metodologias de valoração indicadas são: contingente para as Unidades de Conservação no qual a percepção que as pessoas têm sobre a biodiversidade indica a disposição a pagar pela existência dos recursos naturais; e, custos evitados para os recursos hídricos, que dependem de mecanismos de descontaminação da água e replantio de vegetação nativa nas margens do reservatório Billings. Implementar outras ações conservacionistas, como: PSAs (antes, criar lei específica municipal), criar um centro de pesquisa em Mata Atlântica e instituir o Plano Municipal do bioma; fomentar o manejo da biodiversidade e geração de renda à população.

**Palavras-chave:** Serviços ecosistêmicos. Conservação ambiental. Valoração econômica-ambiental. Paranapiacaba. Parque Andreense. Parque do Pedroso.